ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CURSO DE PREPARAÇÃO

GUERRA DO PARAGUAI

Gen. FLAMARION BARRETO LIMA

2.º edição

1976

ÍNDICE

A presente publicação é uma compilação feita pelo Ten Cel. NEY R. REZENDE do Trabalho do Gen. FLAMARION B. LIMA

Este livro foi revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa obrigatória a partir de 2016 conforme acordo assinado em 1990 entre países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este livro foi trasncrito do original em 22/04/2019 por Saulo Barreto Lima.

I - SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR A PARTIR DE 1852 NO BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI

1. RELAÇÕES BRASIL-URUGUAI

Após a querra de 1851-52, o Brasil procurou definir seus limites com os vizinhos e regular definitivamente a questão da livre navegação nos rios, objetivos que o levaram à guerra nessa época.

Realizadas em 1852 as eleições para Presidente no Uruguai, foi eleito Giró, partidário de Oribe, portanto um "blanco". Seu governo levantou dúvidas quanto à validade do Tratado de 1851, que regulava os limites entre o Brasil e o Uruguai e, em consequência, houve aguda crise nas relações entre os dois países, afinal dirimidas com a assinatura de um Tratado que reconhecia os limites anteriores (maio de 1852).

A situação interna do Uruguai era anárquica, pois as relações entre "blancos" e "colorados" eram muito tensas; o partido fora do poder extremava sua oposição e, normalmente, fomentava e articulava revoltas armadas contra o governo.

Em abril de 1863, Venancio Flores invade o Uruguai para derrubar os "blancos", então no poder, iniciando assim outra revolução. Vitorioso algumas vezes, batido outras, foi procastinando a revolução até 1864, quando se deu a ascensão de Aguirre ao poder em substituição a Berro. As relações do Uruguai com a Argentina estavam rompidas desde dezembro de 1863, pois o governo uruguaio acusava o de Buenos Aires de apoiar Flores.

As relações Brasil-Uruguai também vinham se agravando, pois desde 1825 que os brasileiros residentes na fronteira reclamavam contra particulares e autoridades uruguaias que não respeitavam suas propriedades. Muitos brasileiros tinham-se alistado nas fileiras de Flores, cansados de suportar os vexames e as violências dos "blancos".

Os debates sobre este assunto no Congresso brasileiro eram acerbos e agravaram-se com a vinda do General Neto, um dos líderes da Revolução Farroupilha, à Corte, a fim de solicitar pessoalmente ao Imperador assistência para cerca de 40.000 brasileiros que viviam naquela região.

O Governo brasileiro resolveu então enviar ao Uruguai o Conselheiro Saraiva para obter reparação desses agravos aos seus súditos no Rio Grande. Saraiva apresentou suas reclamações ao governo de Aguirre e este não as reconheceu legítimas. Intervêm os ministros Thorton (inglês) e Elizalde (argentino) para apaziguarem a contenda, mas nada conseguem. Saraiva retira-se de Montevidéu e apresenta um "ultimatum" ao governo uruguaio e, não sendo este aceito, dá ordem ao Almirante Tamandaré para iniciar as hostilidades.

Em agosto do mesmo ano, o Império assinou com a Argentina um Protocolo em que declarava que a pacificação do Uruguai era indispensável para a solução das questões internacionais no Prata e que qualquer das Repúblicas poderia recorrer aos meios lícitos com a limitação, apenas, de ser preservada a independência e a integridade territorial do Uruguai.

Em dezembro de 1864, as forças brasileiras invadem o Uruguai e em janeiro de 1865 já ocupavam Paisandu, com o apoio da esquadra de Tamandaré e das tropas de Venancio Flores.

Enquanto isso, em junho de 1864, o Paraguai tinha-se oferecido como mediador no caso entre o Brasil e o Uruguai e fora recusado. Em agosto, o Paraguai protestou contra o "ultimatum" brasileiro. Em 10 de novembro, o Paraguai aprisionou o navio brasileiro "Marquês de Olinda".

2. RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

Com o Paraguai, o Brasil tinha pendente duas questões: a definição dos limites e a regulação da navegação no Rio Paraguai. Permanecia em litígio o território formado pelos rios Apa e Branco, Serra do Amambaí, além da pendência entre o limite do rio Paraná começar no Igurei ou no Iguatemi.

As questões acima referidas deram início a conflitos. Em 1850, o Império mandou ocupar o Fecho dos Morros ou Pão de Açúcar; o governo paraguaio não se conformou com isso e expulsou os brasileiros da região. O governo brasileiro, que se preparava, para a guerra contra Rosas engoliu a afronta.

As negociações continuaram, ambas as chancelarias irredutíveis em seus pontos de vista. O Paraguai defendia como região contestada a área Apa-Rio Branco; o Brasil sustentava a linha do Iguatemi-Maracaju e Apa. Por fim, em fevereiro de 1858, o Império firmou com o Paraguai uma Convenção em que declarava livre a navegação nos rios Paraná e Paraguai ao comércio de todas as nações. A questão dos limites ficou para ser solucionada em época posterior.

Em setembro de 1862 morreu Carlos López, legando o governo paraguaio ao seu filho Solano López, a quem aconselhou "*in extremis*" a não procurar resolver questões pendentes com o Brasil por meio da força.

Daí por diante o Brasil foi envolvido na intriga diplomática pelo Uruguai, junto ao Paraguai, apontado como pretendendo absorver o Uruguai através da ajuda que vinha prestando a Flores e de estar preparando a guerra contra o Paraguai de comum acordo com a Argentina.

3. RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

As relações do Brasil com a Argentina foram de respeito e cooperação, particularmente, após a guerra de 1851-52.

A intervenção do Brasil no Uruguai, através da Missão Saraíva, encontrou perfeita compreensão da parte de Mitre, que mostrou confiar na lealdade do Império.

4. RELAÇÕES ARGENTINA URUGUAI

Após a vitória de Caseros, as Províncias Unidas deveriam enfrentar o problema de sua organização política, até então aguardando uma solução. O país continuava dividido em duas facções, como sempre estivera: de um lado estava Buenos Aires isolada, de outro, todas as Províncias Unidas.

Por fim, após reação armada de Buenos Aires, sem resultado, a província de Buenos Aires concordou em integrar a Confederação Argentina, aceitando a Constituição Nacional, já em vigor. Como mediador dessa contenda entre Urquiza, presidente da Confederação, e Mitre, chefe político de Buenos Aires, funcionara Solano López, então Ministro da Guerra do Paraguai.

Embora a província de Buenos Aires houvesse se reunido de novo às demais, qualquer espírito conhecedor da situação dos seus antecedentes estaria habilitado a afirmar com segurança que a harmonia não poderia durar largo tempo. E efetivamente, em fins de 1860, novo conflito rebenta e, desta vez, as forças de Mitre obtêm ampla vitória sobre as de Derqui, presidente da Confederação, eleito por término de mandato de Urquiza.

Mitre e, portanto, Buenos Aires ficam senhores absolutos da situação e, em 12 de outubro de 1862, as urnas eleitorais designavam para Presidente da República o mesmo Mitre. A República argentina, depois de lutas internas, conseguira adquirir a estrutura política de uma verdadeira nacionalidade. Os unitários haviam triunfado, pois que Buenos Aires atraira para junto de si todas as províncias e passará a alojar em seu seio o conjunto do governo central.

As forças vivas da Nação buscarão expandir-se e elaborar os fundamentos de uma vasta agremiação política. Sem dúvida irromperão ainda pequenas perturbações, mas que serão impotentes para reviver o período da caudilhagem desenfreada Mitre e uma plêiade de grandes patriotas cobrir-se-ão de glória encaminhando a Argentina aos seus venturosos destinos.

Desde o início da invasão de Flores, governo uruguaio admitiu que os argentinos estivessem auxiliando-o. Um incidente ocorrido com o aprisionamento de um navio de guerra argentino e a represália de Mitre foi a causa da ruptura de relações entre os dois países em junho de 1863, restabelecidas no mês seguinte.

A proposta uruguaia de incluir Solano López, como mediador nas questões em debate foi recusada por Mitre. Entrementes, a ação diplomática do Uruguai junto ao Paraguai começava a produzir seus efeitos, tendo o ministro paraguaio, Berges, solicitado explicações à Argentina sobre queixas que tinha recebido dos uruguaios. Várias notas foram trocadas entre os dois governos, patenteando-se a intenção do governo uruguaio em dificultar as relações do Paraguai e da Argentina, acusada, juntamente com o Brasil, de ser inimiga do Uruguai.

Eis, porém, que rebenta novo incidente: um partidário de Flores, à frente de uma coluna, tenta desembarcar em território uruguaio. Pressentido por forças orientais governistas, refugia-se em uma ilha argentina, onde foi aprisionado. Resulta daí novo rompimento de relações entre a Argentina e o Uruguai, este acusando o governo de Mitre de estar colaborando indebitamente no fomento da revolta de Flores.

5. RELAÇÕES URUGUAI-PARAGUAI

Em fevereiro de 1862, o Presidente uruguaio Bernardo Berro designou Juan José Herrera representante do Uruguai em Assunção com instruções para chamar a atenção do Governo paraguaio para o ambiente de intranquilidade que lavrava no Prata, o perigo de uma intromissão de Espanha, os secretos desejos de Buenos Aires de reincorporar o Uruguai. Como medida defensiva contra essa situação Herrera deveria sugerir ao Governo paraguaio o estreitamento de relações diplomáticas com o Uruguai, a negociação de condições para comerciarem através do rio Uruguai sem interferência do porto de Buenos Aires. Herrera, depois de tomar contato com as autoridades paraguaias, informava ao seu Governo que as relações entre o Brasil e o Paraguai não eram tão boas quanto deviam ser e que a questão de limites que os separava estava longe de ser resolvida satisfatoriamente, dando também conta de sua missão.

Em 3 de março de 1863, sendo Herrera ministro do Exterior do Uruguai, enviou Otávio Lapido a Assunção para mostrar ao Governo guarani que Uruguai e Paraguai e da Argentina e a necessidade da união de ambos para conjurá-lo. Propunha, então, uma aliança defensiva, entre o Paraguai e o Uruguai, para manter o equilíbrio do Prata; a neutralização da Ilha de Martin Garcia e a possibilidade de se fazer de Corrientes e Entre Rios uma Nação Independente, sugerindo, veladamente, a anexação dessas regiões ao Paraguai. O Governo do Paraguai esquivou-se, porém, a um pronunciamento direto sobre esta proposta, alegando que não tinha conhecimento completo do assunto para tomar tão graves resoluções.

Em 17 de agosto, enviou novas instruções a Lapido para obter do Paraguai um compromisso recíproco de garantia da Independência de ambos os países, a neutralização de Martin Garcia e a uniformidade de doutrina sobre a nacionalidade dos filhos de estrangeiros, a fim de anular o apoio de Mitre a Flores. Em 31 de agosto foi mais explícito e deu ordem para que Lapido pedisse ao Governo paraguaio para ocupar Martin Garcia.

López se dirigiu então ao Governo argentino, em 6 de setembro, solicitando-lhe amistosamente esclarecimentos sobre o propalado apoio que vinha dando a Flores. Herrera achou essa nota inócua, mas rejubilou-se com ela uma vez que marcava uma mudança positiva na atitude do Governo paraguaio. A Argentina negou que estivesse apoiando o movimento de Flores, mas o Paraguai não se contentou com a explicação. Surgiram desse incidente os fatos que agravaram as relações, entre Buenos Aires e Assunção, até se chegar a um rompimento formal em 6 de fevereiro de 1864, quando o Paraguai declarou oficialmente que precindiria das explicações argentinas e que daí por diante agiria por conta própria, ao que o governo argentino respondeu com igual firmeza.

Em 1º de março de 1864, Herrera, já no Governo de Aguirre, nomeou o Dr. José Vasquez Sagastume representante do Uruguai junto a Assunção. Sagastume deveria obter uma intervenção junto ao Brasil semelhante à que fizera em Buenos Aires, o envio de navios de guerra ao estuário para contrabalançar a atividade naval brasileira e de 2.000 homens apoiados por artilharia para ocupar preventivamente alguns povoados da margem oriental do Rio Uruguai. Sagastume iniciou suas atividades, pedindo a Berges, ministro do Exterior do Paraguai, para interferir junto a Saraiva que se encontrava em Montevidéu em missão do Governo brasileiro. Berges atendeu o pedido e ofereceu a Saraiva a mediação do Governo paraguaio. Este declinou dela, pois, no momento, as negociações não reclamavam a intervenção de um mediador. Isso feriu profundamente a vaidade de López, que se reservou para agir em outra oportunidade.

Em 15 de julho, Aguirre enviou a Assunção Antonio de Las Carreras, amigo pessoal de López, como seu representante pessoal e privado. Carreras, em cooperação com Sagastume, remeteu a López, a pedido deste, em 4 de agosto, extenso memorial pedindo auxílio financeiro, diplomático e material para lutar contra Brasil e a Argentina, entre o Paraguai, Uruguai, Entre Rios e Corrientes. Lopez não o atendeu. Com a apresentação do *ultimatum* de Saraiva, López protestou, em 30 de agosto, declarando que a ocupação de parte do território uruguaio por forças brasileiras seria considerada pelo Paraguai “casus belli”. O Império respondeu que o protesto não afetaria suas decisões a respeito do assunto. Estava-se às portas da guerra.

Em 28 de outubro de 1864, Sagastume enviou a Berges um memorando confidencial, comunicando um último sopro à chama de discórdia que se acendera entre o Paraguai e o Brasil. Neste documento historiou as gestões anteriores e o incitou a “levar seu poder e suas armas ao próprio teatro dos acontecimentos para sustentar o grande princípio da independência e o futuro desses povos”. Mostrou a debilidade política e militar do Império e a impossibilidade em que se encontrava Mitre para se aliar ao Brasil. Em compensação pintou com cores otimistas a possibilidade de uma aliança com Urquiza “que está chamado por seus antecedentes e interesses a cooperar na empresa”. E para rematar, Sagastume achou que o Governo do Paraguai estaria no seu direito se invadisse o Brasil em silêncio, “bastando lançar um manifesto ao mundo para justificar seu procedimento”.

López, que nesta época já devia ter elaborado seu Plano de Guerra, recusou enviar ao Prata o destacamento de forças, bem como o subsídio pedido pelo Uruguai. Em nota, enviada ao Governo do Uruguai, em 4 de novembro de 1864, lembrou a necessidade de ser informado oficialmente que forças brasileiras invadiram o território oriental, terminando por declarar cheio de suficiência que “o Governo paraguaio continua no programa de sua política de 30 de agosto” e que “convém ao Governo Oriental julgar se lhe convém manifestar seu assentimento explícito e o seu acordo, como soberano territorial, à solicitação de uma intervenção armada por outros meios que sua sabedoria aconselhe”. O Paraguai vai realizar sua política própria.

Diante desses fatos, o Brasil devia estar de sobreaviso e não alimentar a mais leve ilusão sobre os acontecimentos que sobreviriam. Manteve-se entretanto confiante na possibilidade de manter boas relações com o Governo do Paraguai até ser despertado pelo incidente do Marquês de Olinda, pretexto da guerra.

II - ANTECEDENTES E CAUSAS DA GUERRA

1. ESTUDO DOS FATORES PSICOSSOCIAIS, ECONÔMICOS E MILITARES

a. Fatores psicossociais

(1) Paraguai

Centro irradiador da colonização espanhola pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná nos primórdios da ocupação do continente, tendo sob sua jurisdição territórios que hoje estão sob a soberania do Brasil, da Bolívia e da Argentina, principalmente, o Paraguai se julga um espoliado em seu patrimônio territorial.

Este sentimento é mais agudo em relação ao Brasil, em virtude da ação dos bandeirantes no ataque e na

destruição das missões jesuíticas paraguaias do sul de Mato Grosso e do Paraná.

As consequências principais desses antecedentes da formação paraguaia e na psicologia do país são a desconfiança quanto aos propósitos dos seus maiores vizinhos - o Brasil e a Argentina - uma permanente aspiração de recuperar territórios que já lhe pertenceram e uma grande sensibilidade para o que possa afetar sua soberania.

Culturalmente, o traço predominante é, em 1864, o do atraso educacional, explicado, em grande medida, pelas dificuldades de contatos com os centros de civilização, então situados notadamente na Europa Ocidental.

Os hábitos de submissão do povo aos governantes espanhóis e jesuítas, de um lado, a falta de educação política, por outro, a ausência de elites dirigentes, afinal, permitem o aparecimento de um caudilho típico à testa dos destinos do país - o El Supremo, senhor absoluto do país - personificado em Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1862-1870), a quem todos prestam irrestrita obediência, sob pena de serem postos à margem da vida nacional ou perderem a vida.

Amor ao solo pátrio é outra, e não menos importante, das características do povo guarani, excelente fator de coesão nacional, capaz de remediar muitas das suas deficiências.

(2) Argentina

Parte mais importante do Vice-Reinado do Rio da Praia ao tempo da colônia, pioneira e líder do movimento de independência nesta parte do continente, gozando das incontestáveis vantagens da posição para os contatos com os meios mais civilizados do exterior grande parte do povo argentino reúne em si um complexo de aspirações ainda não totalmente realizadas.

Uma dessas aspirações, bem caracterizada na política de Rosas, é a reconstituição do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, ou, pelo menos, o gozo de uma situação de hegemonia dentro dos antigos limites dessa antiga circunscrição territorial do império espanhol.

Outra dessas aspirações é a de incorporar ao seu domínio, por Ocasião da solução diplomática de suas questões de limites com os países vizinhos, o máximo possível de territórios que lhe pertenceram quando cabeça do Vice-Reinado.

Entre esses territórios, o do Chaco e o das Missões, aos quais o Paraguai se julga com direito.

Para contrariar essas aspirações de grande parte do povo argentino, persiste o antagonismo interno entre o liberalismo e o caudilhismo, que vem desde os primeiros anos de sua vida independente, e só desaparecerá após a guerra em estudo.

Essas duas tendências antagônicas exigem maior apreciação uma vez que são elas que prevalecem no quadro psicossocial em exame e constituem o fundo da causalidade da guerra do Paraguai.

O caudilhismo tem as suas raízes na atividade de grande parte do povo argentino - a criação de gado nas planícies das Províncias de Buenos Aires, Entre Rios e Corrientes principalmente.

Seu personagem central é o gaúcho - iletrado, individualista, muito apegado aos seus interesses puramente locais, valente e, quando chefe, muito cioso de suas prerrogativas de mando, que exerce com absolutismo.

Utilizados seus serviços militares durante as lutas da independência, o caudilho gaúcho projeta-se no cenário da vida nacional, saindo do âmbito da sua comarca ou província, e ali vai entrar em choque com os liberais.

Estes são os indivíduos cultos das cidades, notadamente de Buenos Aires, voltados para as ideias dos centros mais civilizados e que aspiram dar ao país uma estrutura política ao influxo dessas ideias, seja segundo o modelo francês, seja o inglês.

Rosas é o mais típico dos caudilhos argentinos guindados, ao plano nacional, Mitre personifica bem o liberal de Buenos Aires.

A luta entre essas duas tendências antagônicas ainda não se acha extinta, apesar da derrota de Rosas em Caseros e reponta ora aqui, ora ali, no território argentino.

Uma das consequências do localismo caudilhista é, por exemplo, a ideia de constituir um grande estado fora da dependência de Buenos Aires, em que entrem as províncias de Entre Rios e Corrientes, juntamente ou não com o Paraguai e o Uruguai.

Não obstante, com a vitória de Caseros sobre Rosas e a de Pavón, em que Mitre derrotou a Urquiza (17 set. 1861), a Província de Buenos Aires desfruta uma situação de hegemonia no seio da Confederação.

(3) Uruguai

Tendo conseguido sua independência pela convenção Preliminar de Paz de 1828, face ao Brasil e à Argentina, o Uruguai viu-se logo palco das mesmas lutas caudilhescas que ocorriam no Prata tendo como objetivo o poder.

A instabilidade política é, então, a característica principal entre 1828 e o eclodir da guerra do Paraguai.

Em 1864, entretanto, duas tendências estão bem nítidas no panorama psicossocial do Uruguai: uma, tendo como expressão o partido Colorado, acha-se estreitamente vinculada, por intermédio do General Venancio Flores, à corrente liberal argentina de que Bartolomeu Mitre é o expoente máximo; outra, a do partido Blanco, identifica-se com as correntes antiliberais e antibrasileiras do Prata.

Sendo o Uruguai como que um prolongamento fisiográfico do Rio Grande do Sul, apresenta grandes facilidades à interpenetração dos que se entregam às atividades pecuárias; políticos não delimitam nem dois modos de vida

difere a rigor, interesses econômicos e políticos.

Calcula-se mesmo que haja, em 1864, cerca de 40.000 brasileiros radicados no Uruguai, dedicando-se principalmente à criação de gado.

Nada menos estranhável, à vista das considerações anteriores, que esses indivíduos tenham suas simpatias por esse ou aquele partido político, esse ou aquele chefe.

E nada mais compreensível que, em grande parte, sejam simpatizantes do partido Colorado.

(4) Brasil

Ao constituir-se como país independente, o Brasil vê-se de posse da maior extensão territorial do continente, conseguida na parte que demora além da célebre linha de Tordesilhas, pela ação dos bandeirantes, entradas e monções, a colonização e feitos militares, reconhecidos nos tratados de 1750 e 1777, que consagraram o princípio da ocupação efetiva, do *uti possidetis*.

Cerca de um século após o último daqueles diplomas, seria desejável que nenhum ressentimento de lutas passadas ensombrasse as suas relações com os vizinhos, particularmente o Paraguai.

Infelizmente, a grandeza territorial do Brasil, fruto de sacrifícios e esforços sem conta de seus filhos, é tida ali, no círculo dos responsáveis pelo destino do país vizinho, como resultado de espoliações sucessivas de territórios que, de fato e de direito, foram seus no passado.

Por isso, para muitos espíritos platinos, o Brasil, tal como Portugal, imperialista, e as intervenções brasileiras no Prata, notadamente em 1851-52, sem nenhum intuito de anexar territórios, seriam outras tantas manifestações desse imperialismo.

A evolução política, após a Independência, conduziu o país, depois de 1849, a uma situação de estabilidade e paz, que contrasta bastante com a dos países platinos.

Podemos resumir essa evolução dizendo que dera ao Brasil razoável coesão, que lhe facultava atuar no Prata como força de equilíbrio dos antagonismos que ali se manifestavam desde o ano da independência, o chamado "*año diez*".

À forma de governo monárquica, que se tornara, desde 1822, num dos fatores de sua coesão interna, era, porém, para alguns líderes platinos, uma distinção perigosa para as boas relações entre os povos sul-americanos.

Por outro lado, as características liberais da nossa formação política após a Independência, embora em consonância com a dos meios mais civilizados do Prata, vinham a ser outros motivos de antipatia da parte dos caudilhos ferrenhamente absolutistas, como é bem o caso dos dois López.

5) Conclusão

No campo psicossocial predomina um antagonismo entre o caudilhismo e o liberalismo. Do primeiro é Francisco Solano López o campeão; do segundo, são o Brasil e os liberais de Buenos Aires os lídimos representantes.

b. Fatores econômicos

(1) Paraquai

Preocupado em isolar o país da influência do caudilhismo das províncias platinas vizinhas, o ditador Francia praticamente fechou as fronteiras do Paraguai ao comércio internacional e pôs em prática uma política visando a autossuficiência econômica.

Nos governos de Carlos Antonio López e Francisco Solano López, o país evolui da segregação para uma participação menos remota no comércio internacional, procurando mesmo constituir uma frota comercial.

Todavia, sua estrutura econômica anterior pouco se alterou; o país produz pouco e pequeno é o seu consumo interno.

Não obstante, a situação financeira do governo do Paraguai, ou melhor, do ditador Solano López, é razoavelmente boa, a ponto de a ele recorrer o governo blanco de Montevidéu em busca de auxílio financeiro para manter-se no poder (1864).

O governo de Assunção pode, também, dispor de meios financeiros para melhor armar-se e subvencionar agentes de informações, no Prata principalmente.

O pequeno comércio do Paraguai é feito pelo porto de Buenos Aires, o que leva o governo blanco do Uruguai a acenar-lhe (1862) com a possibilidade de sair daquela órbita de influência, passando o comércio entre os dois países a ser feito pelos portos uruguaios.

(2) Argentina

No que interessa mais de perto à guerra estudada, acentua-se ainda uma vez o papel do porto de Buenos Aires, interessando à economia de toda a região platina e com reflexos na política conta seus possíveis adversários.

(3) Brasil

Com sua economia esteada na agropecuária à base do braço escravo, atravessa uma fase de estabilidade de que não se dão conta de seus possíveis adversários.

O aproveitamento das terras do Sul de Mato Grosso pelos criadores de gado aviva o desejo que tem o Paraguai de entrar na sua posse efetiva.

c. Fatores militares

(1) Paraguai

Construído com o material político-social das missões jesuíticas, educado na desconfiança de um isolamento chinês, absorvido por um poder pessoal duro e patriarcal a República do Paraguai era uma esfinge. Viveu em ordem e progrediu materialmente, apesar de anos de despotismo sem parecer senti-lo.

Quando morreu Carlos López, a República possuía 435 escolas com mais de 34.000 alunos, um arsenal, estaleiros, sólidas e bem projetadas fortalezas, cobrindo o acesso a Assunção.

Solano López, que o sucedeu, mandou vir da Europa engenheiros e operários especializados, ampliou as instalações militares, criou outros, como forjas, fábricas pirotécnicas e contratou oficiais estrangeiros. Armazenou grandes quantidades de armamento, elevou a esquadra para 20 navios a motor, 5 escunas a vela, 3 lanchões e 12 chatas. O Exército, em si numeroso, foi ampliado, tendo atingido na época da declaração de guerra a um efetivo de 35.000 homens devidamente armados, havendo nos campos de treinamento mais de 40.000 homens em adiantada fase de preparação militar, continuando o recrutamento intensivo, numa população de um milhão de habitantes.

Em princípio de 1864, mandara vários chefes militares recrutar, em todos os Departamentos da República, os paraguaios entre 16 e 50 anos. Em março desse ano, num acampamento instalado, em Cerro Leon, foram concentrados 30.000 recrutas. Simultaneamente em Encarnacion eram adestrados 17.000, em Humaitá 10.000, em Assunção 4.000 e em Concepcion 3.000.

Sabia que sua atuação no Prata feria frontalmente interesses vitais do Brasil, mas não o temia. Precisava e contava com o apoio da Argentina, pelo menos de Corrientes e Entre Rios, tendo também como certa à cooperação dos Blancos no Uruguai.

(2) Brasil

Apesar dos esforços do Marquês de Caxias, o serviço militar obrigatório não lograva aceitação, sendo os efetivos preenchidos pelo voluntariado, o recrutamento forçado e os mercenários. Em caso de mobilização, apelava-se para a Guarda Nacional, cujo efetivo numerava 485.000 homens.

Não havia Estado-Maior, como órgão Planejador da Guerra. A Repartição do Ajudante Geral e a do Quartel Mestre General eram meros órgãos administrativos. Não havia, pois, planos de guerra organizados, embora se tivesse cogitado disso, sob o impacto da Questão Christie, que revelou toda nossa desorganização nos assuntos referentes à defesa nacional. Acresce ainda que a política seguida pelos últimos gabinetes liberais, com apoio do Imperador, baseava-se na crença de que o Exército e a Marinha eram apenas fontes de despesas, havendo mesmo quem propusesse sua extinção.

Em consequência, quando o Império apresentou ao Uruguai o chamado "*ultimatum* Saraiva", somente a Esquadra estava em condições de operar. O Exército tinha um efetivo de 16.000 homens espalhados pela vastidão territorial do país.

Não é, pois, de estranhar que o Exército, encarregado de executar as represálias, só estivesse pronto para mover-se, três meses depois de anunciadas.

(3) Argentina

Em abril de 1865, depois de iniciar a guerra, o Exército de linha era de 6.400 homens e o mobilizado teria como fundamento a Guarda Nacional com um efetivo de 185.000 homens.

Não havia serviço militar obrigatório e o serviço de recrutamento era feito por meio de voluntariado, reengajamentos, contingentes fornecidos pelas províncias.

A Marinha se limitava a um navio.

(4) Conclusões

O Império do Brasil e a República do Paraguai eram as duas nações que gozavam então de estabilidade política. Cumpre acentuar que o Paraguai não tinha mais possibilidades que o Brasil de exigir um esforço de guerra total do País.

A Argentina e o Uruguai, o último em plena guerra civil e a primeira ressentindo-se das dissensões políticas, não tinham unidade e não podiam realizar um esforço de guerra sério.

Havia entre as Repúblicas hispano-americanas uma antipatia generalizada pelo Império, inspirada tanto pela aversão que lhes inspirava a instituição monárquica, como pela feição viril que o Brasil vinha imprimindo à sua política exterior. Por outro lado, afinidades de língua, raça, de sacrifícios comuns, continuavam ligando as comunidades hispano-americanas sem embargo das diferenças que alimentavam entre si.

Sem dúvida, pelo seu efetivo demográfico, suas possibilidades econômicas e estabilidade política, o Império estava em condições de enfrentar as repúblicas do Prata, isoladas ou coligadas, mas sua vastidão territorial, as dificuldades de transporte não lhe permitiriam em curto prazo mobilizar todos os seus imensos recursos. A República do Paraguai, ao contrário, poderia reunir e movimentar em prazos relativamente curtos seus recursos humanos e econômicos. A relativa escassez em gado e cavalo iria obrigá-lo a valer-se de fontes próximas.

A Argentina e o Uruguai estavam praticamente desarmados em face do Paraguai. O Império só poderia enfrentá-lo no mar ou nos rios da Bacia. Em terra, somente depois de um prazo dilatado teria o Império possibilidade de reunir uma força respeitável pelo seu armamento, organização e adestramento.

Numa guerra entre o Império e o Paraguai, a Argentina e o Uruguai seriam fortemente solicitados e dificilmente poderiam se manter neutros, tendo o segundo mais possibilidades que o primeiro de atraí-los à sua órbita de influência.

2. IMPOSIÇÕES GEOGRÁFICAS

Um rápido exame da carta geográfica do Teatro de Guerra, nos conduzirá sem esforço às seguintes conclusões:

a. Os centros de potência do Paraguai se situavam em torno de Assunção e mais para o Sul, numa faixa estreita ao longo do rio Paraguai.

Os do Império se localizavam na Província do Rio Grande do Sul, que representava, também, uma área econômica importante. Sua perda ou neutralização em longo prazo não afetaria profundamente a vida do Império, como ficara, aliás, demonstrado durante o decênio da Revolução Farroupilha.

b. A posição relativa desses centros de potência iria exigir de ambos os contendores, inicialmente, movimentos estratégicos de grande amplitude, para atingir as áreas vitais do adversário. As bases de operações prováveis do Paraguai estavam mais afastadas dele do que as do Império, obrigando esse a eleger objetivos intermediários, a um alongamento quase impraticável da linha de comunicações e a montagem de Bases de Operações sucessivas.

c. Para o Império, a área vital paraguaia a ser conquistada seria a de Humaitá-Assunção e para o Paraguai a mais próxima e mais acessível, estaria na província do Rio Grande do Sul. A área Sul da província de Mato Grosso, pela sua pequena expressão econômico-político-demográfica só poderia ser encarada como um objetivo de segurança ou diversionista.

A via de acesso mais fácil e mais viável, que permitiria a qualquer dos contendores atingir os objetivos vitais do adversário, atravessava, necessariamente, o território da República seja ao longo da via do rio Paraná, seja através da Província de Corrientes.

Esse fato era mais imperativo para o Paraguai do que para o Império, já que dispunha de uma base avançada no Uruguai e da Esquadra, que lhe permitiria usar a via do Paraná, aberta por força de acordos internacionais

d. As contingências geográficas conferiam, pois, ao território da República Argentina uma importância fundamental, valorizada, ainda, pelos abundantes recursos em gado, cavalos e cereais que possuía. Sua atitude em face dos contendores poderia influir no próprio desfecho da guerra.

Uma atitude de estrita neutralidade criaria embaraços insuperáveis ao Paraguai, que teria de restringir-se a uma atitude defensiva, ou a operar ofensivamente ao longo da via do rio Paraguai, na direção do Norte. Para o Império, as dificuldades seriam menores, pois poderia valer-se da via do Paraná para transportar suas tropas até o território paraguaio, mas dificultaria imenso a execução das operações para conquistar nele uma cabeça de ponte e suprir convenientemente as tropas em operações.

Uma aliança da Argentina com o Paraguai traria sérios embaraços ao Império, pois possibilitaria ao inimigo o uso das bases argentinas ao longo do rio Uruguai e lhe facilitaria o domínio do Uruguai, abrindo uma nova fronteira ativa. Dificultaria, por outro lado, o uso da via do Paraná, que se tornaria impraticável, sem estações onde os navios se abastecessem e com o estabelecimento de baterias montadas nos locais adequados de suas margens.

Uma aliança da Argentina com o Império, embora não lhe trouxesse um substancial auxílio militar, lhe asseguraria o estabelecimento de Bases de Operações próximas ao território inimigo, o uso desimpedido da via fluvial do Paraná e facilidades de suprimentos de toda natureza.

Era, pois, vital para o Brasil obter, no mínimo, a neutralidade da Argentina e para o Paraguai obter dela, pelo menos uma neutralidade benevolente, que permitisse o uso de seu território para passagem das tropas que devessem levar a

guerra ao Brasil.

Caso o Paraguai não pudesse alcançar esse objetivo mínimo, os prejuízos que lhe causariam a neutralidade ou a beligerância da Argentina anulariam, em parte, sua melhor preparação militar.

3. CONCLUSÕES GERAIS

Desse estudo sumário da situação dos beligerantes, poderemos concluir que o Governo paraguaio para alcançar os objetivos de guerra a que propusera, deveria:

(1) Impor sua vontade ao Império do Brasil, numa guerra que terminasse por uma decisão militar, que fosse favorável ou, no mínimo, por uma paz negociada.

(2) Aproveitar-se para esse fim da prioridade que possuía na mobilização e na concentração dos recursos militares e atuar, ofensivamente, contra os pontos mais acessíveis do território brasileiro, isto é, o Sul da Província de Mato Grosso e da província do Rio Grande do Sul.

(3) Obter, por via diplomática ou pela força, a cooperação da República Argentina pelo menos no que respeitava às facilidades para o livre trânsito das forças paraguaias pelo território desse país e do apoio logístico delas.

4. CAUSAS DA GUERRA COM O PARAGUAI

a. Causas geralmente aceitas

(1) Causas remotas

Antagonismo econômico-político entre Assunção e Buenos Aires, acentuado com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Antagonismo social consequente à educação jesuítica, que disciplinou a massa guarani e permitiu o regime de poder absoluto no Paraguai, em contraposição ao sentimento liberal desenvolvido na Argentina, no Uruguai e no Brasil.

Ao fatalismo geográfico, criando uma extensa fronteira terrestre, a necessidade de ligação com o mar, agravada pela tradição missioneira que criou direitos históricos a grandes porções de território em poder do Brasil e da Argentina.

O antagonismo hispano-português, revivido na América do Sul, no choque entre bandeirantes e jesuítas e na desconfiança dos desígnios imperialistas da Monarquia brasileira.

(2) Causas imediatas

As discussões em torno das questões de limites e os incidentes que provocaram (Fecho dos Morros, Missão Pedro de Oliveira).

O relativo poder militar do Paraguai e sua estabilidade política, em face da instabilidade da Argentina e do Uruguai, levando este Estado a explorá-lo, diplomaticamente, em benefício de sua segurança, julgada ameaçada pelo Brasil e pela Argentina.

A questão da livre navegação nos rios, usada como trunfo nas negociações diplomáticas e afetando sérios interesses econômicos e políticos do Brasil.

A educação europeia de Solano López, sua psicologia carismática, sua adesão às ideias relativas ao equilíbrio das potências, gerando o desejo de construir na América do Sul um grande Estado dominado pelo Paraguai.

(3) Pretextos

A invasão do Uruguai, pelo Brasil, em 1864.

O aprisionamento do Marquês de Olinda (um ato de guerra sem prévia declaração do estado de guerra).

b. Causas que podem ser defendidas e que parecem mais gerais e profundas

1) Causas remotas

O antagonismo entre Assunção e Buenos Aires, resultante das rivalidades antigas entre os dois núcleos coloniais, da posição geográfica do Paraguai, das lutas pela Independência e gestões para consolidá-la.

O espírito missioneiro responsável:

Pela organização política, econômica e social da República do Paraguai, sua estabilidade, relativa

autossuficiência e progresso material, diferenciando-a da Argentina e do Uruguai.

Pela tradição do Império Teocrático dos Jesuítas, cimentada nas lutas que sustentou contra o colonizador português em Itatins, Guaíra e Tapes e no direito histórico à posse desses territórios, desbravando-os, ocupados e colonizados em primeiro lugar pelas Missões.

Pelas afinidades econômicas sociais e humanas existentes entre a população paraguaia, a do Norte da Argentina e a do Rio Grande do Sul, a do Uruguai, revigorando a tradição da comunidade tribal dos guaranis.

O crescente valor da função econômica, social e políticos que constituem a Bacia do Prata.

(2) Causas imediatas

O aceleramento do progresso material do Paraguai sob ação de Carlos López e Solano López e o rompimento da clausura que lhe impusera Francia.

As ideias de Solano López sobre o equilíbrio entre os Estados, hauridas na sua permanência na Europa, aliadas à possibilidade que vislumbrou de reconstituir o Estado Jesuítico, ensejando às questões fronteiriças com o Brasil e a Argentina, correlacionadas com as referentes à livre navegação do Paraná e do Paraguai.

A estabilidade político-econômico-social do Paraguai em confronto com a instabilidade político-econômico-social do Uruguai e da Argentina, aliada às desconfianças sobre o imperialismo brasileiro, apoiado no sólido e ameaçador valor do Império.

A intriga diplomática tecida pelos estadistas uruguaios, explorando a psicologia do ditador paraguaio, aliada ao descontentamento de caudilhos entrerrianos e correntinos, criando uma possibilidade de utilizá-los como instrumento de reconstituição do Estado Teocrático dos Jesuítas.

A política exterior do Império, visando a evitar que se estabelecesse no seu flanco um poderoso. Estado capaz de perturbar sua segurança.

(3) Pretextos

A invasão do Uruguai, pelo Brasil em 1864.

O aprisionamento do Marquês de Olinda.

5. PLANO DE GUERRA DO PARAGUAI

a. Ideias gerais

Do estudo dos preparativos militares pelo Paraguai das ligações de Solano Lopez com Urquiza e das medidas que tomou para informar sobre a situação de Corrientes e Entre Rios, da concentração do Exército Paraguaio e das operações realizadas, podemos concluir que o plano de Campanha de Solano Lopez obedeceu às seguintes ideias gerais:

- Emprestar à guerra contra o Brasil o caráter de uma Cruzada dos povos do Prata contra a instituição monárquica na América do Sul, para atrair a simpatia das Nações Hispano-Sul-Americanas.
- Atuar, simultaneamente, com uma massa secundária na direção Itapua - S. Borja - Uruguaiana - Paisandu, ao longo do Rio Uruguai e principal, por Passo da Pátria - Corrientes - Paraná, ao longo do Paranã. Promover o levantamento das populações de Corrientes e Entre Rios, destruir as forças inimigas entre os rios Paraná e Uruguai e estabelecer Governos aliados na Argentina e no Uruguai.
- Assegurada a posse de uma base de operações avançada na Argentina, ou no mínimo, uma cobertura ao Sul, voltar-se contra o Brasil, operando na direção geral de Porto Alegre, para decidir a guerra.
- Realizar uma ação preliminar no Estado de Mato Grosso, visando a destruir os efetivos brasileiros aí estacionados, ocupar o território contestado e recolher os recursos ali disponíveis e obter segurança completa no Norte.

b. Fundamento desse plano

(1) Políticos

As promessas que fizera o Governo “blanco” do Uruguai e os compromissos que assumira nas sucessivas gestões diplomáticas que fizeram Ferreira, Lapido, Sagastume e Carrera. Herrera chamara atenção de Lopez para as tentativas de absorção da República pelo Império e a Argentina e acenava com a possibilidade de boas relações comerciais entre o Paraguai e o Uruguai, usando diretamente os portos de Uruguai, em vez do de Buenos Aires. Dr. Otavio Lapido continuou as conversações, iniciadas por Herrera, insistindo sobre os perigos que a Argentina e o Brasil, operando na direção

geral de Porto Alegre, para Brasil representavam para o Paraguai, sobre as vantagens de comércio direto entre o Paraguai e o Uruguai, defendendo a ideia de uma aliança ofensiva-defensiva entre os dois e a possível adesão de Entre Rios e Corrientes, propondo um compromisso de garantia e de independência de ambos os países, a neutralização de Martin Garcia e uniformidade de doutrina sobre filhos de estrangeiros. Dr. José Vasquez Sagastume com o objetivo de pedir ao Governo paraguaio para pressionar o Governo do Brasil, diplomaticamente, enviar às águas do Prata alguns navios de guerra para se oporem ao aparato bélico e contingentes de forças de uns 2.000 homens para guarnecer cidades orientais no Uruguai. Dr. Antonio de Las Carreras cuja missão era informar o Governo paraguaio da situação ameaçadora criada pela Argentina e o Brasil, solicitar ajuda de forças para se opor à invasão do Uruguai e firmar um compromisso de que o Paraguai apoiaria o Governo do Uruguai.

Os compromissos assumidos por Urquiza através de conversações com o Dr. Julio Victorica De Arredondo, representante do Governo uruguaio para realizar uma ação conjunta com o Uruguai com o Brasil e a Argentina, explorando seu ressentimento contra Mitre.

A instabilidade do Governo de Mitre, que não confiava em Urquiza e não podia contar com a simpatia das outras províncias que se insurgiam contra o predomínio de Buenos Aires.

Lopez tinha, pois, razões para contar com o apoio de Urquiza e os Blancos do Uruguai.

(2) Militares

A superioridade militar do Paraguai, baseada num Exército adestrado e concentrado no valor de 80.000 homens e numa Esquadra bem equipada.

A possibilidade de levantar em Entre Rios e Corrientes um Exército capaz de se opor ao que Mitre pudesse reunir.

A relativa fraqueza militar do Brasil Principalmente em 7 forças terrestres prontas para a luta, e o completo desaparelhamento militar da Argentina (Mitre) em terra e no mar.

(3) Psicológicos

A possibilidade de explorar a generalizada antipatia e desconfiança nutridas pelo Império e reuni-las numa Cruzada de “hispanidad” contra o Brasil.

A possibilidade de explorar as divergências dos caudilhos argentino de modo a constituir na Argentina um Governo favorável ao Paraguai, restabelecendo a antiga primazia de Assunção sobre Buenos Aires ou do interior sobre o litoral.

A invasão do Rio Grande do Sul na primeira fase de operações visava a atrair o Exército de Mena Barreto, que operava no Uruguai, para a região das Missões e destruí-lo mediante uma ação maciça privando o Brasil das únicas forças organizadas de que dispunha no momento, deixando sem defesa a Argentina e o Uruguai. O terror espalhado no Rio Grande durante a invasão paraguaia quase obrigou a Osório (então comandante do Exército do Sul) a acorrer às Missões em ajuda de Canabarro e Caldwell.

A crença de Lopez de que a invasão do Brasil em Mato Grosso e no Rio Grande desencadearia uma revolução dos escravos, que criaria sérias dificuldades ao Governo, paralisando suas forças. Nota-se que desde 1850 se iniciara a propaganda antiescravista no Brasil, atingindo em 1860 ampla repercussão.

III - INVASÃO DE MATO GROSSO PELO PARAGUAI

1. FINALIDADE DA INVASÃO DE MATO GROSSO

Neutralizar as forças brasileiras existentes nesta região, assegurando a liberdade de ação para o desencadeamento da ofensiva ao Sul.

Ocupar desde logo os territórios contestados para fazer valer essa ocupação por ocasião das negociações de paz.

Atuar desde o início contra o inimigo principal, visando ao seu debilitamento de seu moral, à exaltação das forças paraguaias e influenciar os neutros.

2. EXECUÇÃO

As forças paraguaias invadiram Mato Grosso em duas colunas. Uma delas, comandada por Barrios, ocupou sucessivamente o Forte de Coimbra (29 dez. 1864) e Corumbá (4 jan. 1865). A outra, com Resquim no comando, ocupou Colônia Miranda (29 dez.), Dourados (29 dez.). Nioaque (2 jan.), Miranda (2 jan.) e Coxim (24 abr.).

Na província de Mato Grosso havia cerca de 1.000 soldados brasileiros. Em consequência, o comando brasileiro não teve outra alternativa senão a de evacuar o sul da província, para organizar a defesa nas vizinhanças de Cuiabá, sua capital.

2. RESULTADOS DA AÇÃO

A invasão de Mato Grosso acompanhada das atrocidades cometidas pelos paraguaios levantou, em todo Império, imenso clamor. Ordenou-se a convocação de 12.000 homens da Guarda Nacional para socorrê-la. Em jan. de 1867 apenas 1.300 homens haviam chegado a Nioaque para escreverem a mais gloriosa Página de nossa História Militar: a Retirada da Laguna. Somente depois da ocupação de Assunção foi que Lopez determinou a completa evacuação do sul de Mato Grosso (13 a 24 junho de 1867).

Para o Paraguai a invasão de Mato Grosso permitiu uma e Forças paraguaias e uma humilhação para o Império. Proporcionou, também, a ocupação do território em litígio, até junho de 1867, e completa segurança para empreender são de Corrientes. O Paraguai recolheu, em Mato Grosso, cerca de 80.000 cabeças de gado e grande quantidade de equinos que cobriram a sua escassez nesses recursos.

IV - SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR EXISTENTE NO PRINCÍPIO DE 1865

1. BRASIL

Governava o País um gabinete liberal. Segundo informação de Duque de Caxias, o Ministro da Guerra desse Gabinete Beaurepaire Rohan, “embora fosse engenheiro abalizado, não tinha, contudo, prática de organização de exércitos; não conhecia o pessoal de nossas forças, não sabia qual o material existente nem o necessário para a guerra que vamos empreender”. Esse Ministro era, constitucionalmente, o Comandante em Chefe do Exército e o conselheiro do Governo na definição de sua política de Guerra.

Em Mato Grosso, Corumbá tinha sido ocupada em 2 de janeiro de 1865. Os paraguaios ocupavam toda região invadida e não havia elementos disponíveis para desalojá-los dali, em curto prazo. Este fato teve profunda repercussão no Brasil.

No Uruguai, o Almirante Tamandaré coordenava as operações da Esquadra e das forças terrestres. De sua livre iniciativa tinha concertado uma aliança com o general Flores em 20 de outubro de 1864 e passara a contar com o apoio de suas forças. Essa aliança fora reconhecida oficialmente pelo Governo (19 jan. 1865) com a intervenção do Visconde do Rio Branco nas conversações com Flores. Paisandu foi conquistada em 10 de janeiro de 1865 e as forças brasileiro-orientais estavam na região de Colônia prontas para investir à Praça de Montevidéu.

No Rio Grande do Sul fora organizada pelo Presidente da Província a cobertura da região fronteiriça. Uma divisão, constituída de Guardas Nacionais, enquadrados por alguma tropa de Tinha, policiava a fronteira desde o Quaraim até São Thomé sob o comando de David Canabarro. Outra, sob o comando do Barão de Jacuí, policiava a fronteira do Chuí.

A Argentina se declarava neutra em face do conflito do Brasil com o Uruguai, em resposta à comunicação de que Flores fora reconhecido como beligerante.

Em 2 de fevereiro, as forças brasileiras e de Flores iniciaram as operações de sítio à Montevidéu. Treze dias mais tarde assumiu a Presidência do Uruguai o novo presidente eleito Villalba e o seu primeiro cuidado foi entrar em negociações para o restabelecimento da paz.

No dia 20 de fevereiro de 1865 assinou-se o “convênio de paz” entre Villalba e os beligerantes aliados, que entregava o governo uruguaio provisoriamente a Venancio Flores.

2. ARGENTINA

O Governo Argentino vinha recebendo sondagens da diplomacia brasileira sobre sua atitude em face de uma guerra entre o Brasil e o Paraguai, tendo manifestado sempre que seria neutro. Concordara, no entanto, em caso de agressão do Paraguai, a colaborar com o Brasil, aceitando seu apoio militar, para o caso de a Argentina ser invadida pelo Paraguai.

Em 26 de janeiro, recebeu a comunicação do estado de guerra entre o Brasil e o Paraguai.

Em 24 de janeiro, recebeu o pedido de Lopez para que permitisse o trânsito de forças paraguaias com destino ao Rio Grande do Sul, atravessando a província de Corrientes.

Em 9 de fevereiro, respondeu negativamente e informou o Governo Brasileiro.

3. PARAGUAI

As forças de invasão de Mato Grosso, com pequenas perdas, tinham ocupado toda região contestada. O grosso

dessas forças se preparava para dirigir-se a Humaitá.

Ultimava a Concentração em Itapua e Passo da Pátria - Humaitá.

Receberia em 9 de fevereiro a resposta negativa de Mitre, que já conhecia oficialmente, pois Urquiza lhe informara qual seria a atitude de Mitre e aconselhara a aceitá-la.

O Congresso reunido em 3 de março o autorizou a declarar guerra à Argentina. A declaração de guerra foi feita em 29 de março, mas só a 1º de maio chegou ao conhecimento do Governo Argentino.

V - SUMÁRIO DOS DIVERSOS PLANOS DE OPERAÇÃO

1. O PLANO DE CAXIAS

a. Condições em que foi formulado

Foi-lhe solicitado pelo Ministro da Guerra em 20 de janeiro de 1865 respondendo no prazo de cinco dias.

b. Análise do Plano

(1) Finalidade da operação

- Destruir o grosso das forças inimigas concentradas na região Itapua - Passo da Pátria - Humaitá - Assunção (objetivo estratégico).

(2) Atitude: ofensiva

(3) Faseamento da operação

1º fase: conquista de Humaitá (objetivo tático)
2º fase: conquista de Assunção (objetivo tático)

(4) Direções:

Principal: rios Paraná - Paraguai
Secundária: norte-sul, partindo do Apa
Fixação: São Cosme - Itapua ou São Carlos

(5) Coordenação: a cargo do Cmt. em chefe.

Depois da conquista de Humaitá a força secundária se deslocaria do Apa sobre o objetivo a designar.

(6) Missões (reconstituídas)

(a) Força principal
Atuar pelo Passo da Pátria, no Paraná e pela estrada mais próxima e paralela ao Paraguai na direção de Humaitá e Assunção, em combinação com a esquadra.

(b) Força secundária
Reunir-se na região de Miranda e cerrar sobre o Apa em perseguição ao inimigo que houver invadido a província. Mediante ordem, descer o Paraguai sobre objetivo a ser designado.

(c) Fixação
Atrair a atenção do inimigo para o lado de São Cosme, Itapua ou São Carlos, “para que, não possa ele cortar-nos a retirada, em Passo da Pátria, no caso de revés em Humaitá, ou para que não convirja com todas as forças sobre esse ponto, quando atacado pelo nosso Exército”.

(d) Reserva: - concentrada no Rio de Janeiro ou Santa Catarina.

(7) Repartição das forças

- Principal: valor não fixado
- Secundária: 10.000 homens
- Fixação: 10.000 homens
- Reserva: 5.000 homens

(8) Mobilização

Cerca de 50.000 homens à base das unidades de linha, Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria.

(9) Observações:

No plano, Caxias não sugeriu nenhuma providência para a concentração da força principal no Passo da Pátria, pois este problema envolvia a posição da Argentina, assunto que fugia à sua alçada.

2. O PLANO DE PIMENTA BUENO

a. Condições em que foi formulado:

Datado de 3 de janeiro de 1865, anterior portanto ao pedido de Beaurepaire Rohan a Caxias.

O autor tinha sido presidente da Província de Mato Grosso, era senador e tinha profundos conhecimentos sobre a Geografia do Brasil e a do Paraguai.

b. Análise do Plano

(1) Finalidade da operação Destruir o grosso das forças inimigas na região de Humaitá-Assunção.

(2) Atitude: ofensiva

(3) Faseamento da operação

O Plano previa duas hipóteses:

Na 1ª hipótese:

1ª fase: conquista de Humaitá
2ª fase: conquista de Assunção ou Vila Rica

Na 2ª hipótese:
1ª fase: conquista de Assunção
2ª fase: conquista de Humaitá

(4) Direções:

Na 1ª hipótese:
Principal - Itapua-Assunção e Assunção-Humaitá Fixação - Apa-Ipané-Jejuí

Na 2ª hipótese:
Principal - Passo da Pátria-Humaitá-Assunção Fixação - Apa - Ipané-Jejuí

(5) Coordenação: não cogita dessa medida

(6.a) Missões na 1ª hipótese:

(a) Força principal

Desembarcar próximo a Passo da Pátria e marchar para Humaitá a fim de conquistá-la; em seguida, conquistar Assunção, em condições de perseguir o inimigo até Vila Rica.

(b) Fixação

Atuar sobre a fronteira do Apa, indo, inicialmente, até Ipané, eventualmente marcharia sobre Jejuí.

(c) Reserva

Não cogita dessa medida

(6.a) Missões na 2ª hipótese:

(a) Força principal

Desembarcar entre Passo da Pátria e Itapua, fixar Humaitá e levar o grosso sobre Assunção, para conquistá-la; em seguida atacar Humaitá em direções convergentes de Norte para Sul e de Sul para Norte.

(b) Fixação

Atuar sobre a fronteira do Apa, indo, inicialmente, até Ipané; eventualmente, marcharia sobre Jejuí.

(c) Reserva Não cogita dessa medida

(7) Repartição das forças

- Principal: 32.000 homens contando com apoio da esquadra
- Fixação: 10.000 ou 8.000 homens

(8) Mobilização

Efetivo previsto de 42.000 homens a ser obtido pelo voluntariado.

(9) Observações:

Estima que Lopez poderá, no máximo levantar um exército de 40.000 homens e que resistirá, após a perda de Assunção. Preconiza a destruição completa da influência de Lopez.

Parece que Caxias teve conhecimento desse Plano, que lhe foi enviado, como informação, para elaboração do seu. O plano de Caxias é o de Pimenta Bueno usado em forma militar.

3. PLANO DE TAMANDARÉ

a. Condições em que foi elaborado:

Tamandaré fora nomeado Comandante em Chefe das Forças em operações e Diretor da Guerra e formulou-o em 3 de março de 1865.

Mitre informou ao Governo Brasileiro, em 10 de fevereiro de 1865, que recusara atender ao pedido de Lopez para que suas forças atravessassem Corrientes para atacar o Rio Grande do Sul.

Continuava a mobilização e a reunião das Unidades de Linha para reforçar a cobertura de nossa fronteira no Uruguai, mas não fora reajustado o dispositivo, tendo em vista a nova situação na Banda Oriental. A Argentina negara autorização ao Paraguai para atravessar a província de Corrientes.

b. Análise do Plano

(1) Finalidade da operação
- Destruir as forças inimigas em Humaitá-Assunção.
(2) Atitude: ofensiva
(3) Faseamento da operação

1º fase: conquista de uma cabeça de ponte ao norte do rio Paraná, cerca de 15 km ao sul de Humaitá, em cooperação com a esquadra.

2º fase: ataque a Humaitá e depois Assunção em cooperação com a força que atuasse pelo norte.

(4) Direções:
Principal: rios Paraná e Paraguai (até Assunção) Secundária (envolvente): rio Paraguai (de norte para sul) Fixação: São Borja-São Thomé

(5) Coordenação: não foi prevista. Previa 30 dias para execução da 1º fase e 90 dias para a 2º fase.

(6) Missões

(a) Força Principal
Transportada pela esquadra, desembarcar a 15 milhas ao sul de Humaitá, conquistando e mantendo uma cabeça de ponte. Em seguida, atacar Humaitá e depois Assunção, em coordenação com a esquadra.

(b) Força (envolvente)
Reunir-se em Mato Grosso e invadir o Paraguai pelo norte.

(c) Fixação
Reunir-se na região de São Borja, atraindo forças inimigas para São Thomé

(7) Repartição das forças
Principal: 10.000 homens (1º fase) - 30.000 homens (2º fase).
Secundária: 20.000 homens.
Fixação: indeterminada

(8) Mobilização
Não propõe providências sobre mobilização e instrução dos elementos mobilizados. Propõe aproveitamento de correntinos e paraguaios em Legiões Estrangeiras.

(9) Observações:
Tamandaré propõe-se a transportar em 15 dias, pela esquadra, o Exército de Mena Barreto, para o sul de Humait e aí bloquear o rio Paraguai.

4. O PLANO ALIADO

a. Condições em que foi elaborado:

Foi assentado num Conselho de Guerra constituído pelo Presidente Mitre, general Venancio Flores, Urquiza, almirante Tamandaré, brigadeiro Manoel Osório, Cmt do Exército Brasileiro no Uruguai, no dia 1º de maio de 1865.

Nessa época se tinham produzido os seguintes acontecimentos militares:

Os paraguaios tinham invadido a Província de Corrientes em 14 de abril de 1865, mantendo o grosso de suas forças nessa cidade.

A sua concentração em Itapua parecia terminada; Estigorribia assumira o comando e Duarte já estava ao sul do rio Paraná.

Os brasileiros cobriam a fronteira do rio Uruguai de Uruguaiana a São Borja.

O exército de Osório marchava para Paissandu de onde se dirigiria para Uruguaiana, enquanto parte da esquadra brasileira atingira Goya, no rio Paraná.

O Tratado da Tríplice Aliança fora acertado e caberia a Mitre o comando das forças terrestres, enquanto as operações se desenvolvessem no território argentino. As forças navais seriam comandadas por Tamandaré.

b. Análise do Plano

(1) Finalidade da operação
- Destruir forças inimigas em Humaitá.

(2) Atitude: ofensiva

(3) Faseamento: uma única fase.

(4) Direções:

Principal: rio Paraná - Passo da Pátria - Humaitá. Cobertura: São Thomé - Candelária ou São Cosme. Operações em Mato Grosso, como cooperação à ação principal, a cargo do Brasil e independente do comando da Aliança.

(5) Coordenação: não foi prevista

(6) Missões:

Nada foi previsto a não ser que "o objetivo das operações deve ser Humaitá e a ele devem subordinar-se as operaçõ s e itinerários militares".

(7) Repartição de forças: não foi prevista

(8) Mobilização: idem

(9) Observações:

Urquiza tomou o compromisso de manter bases de operações em Corrientes e Entre Rios.

5. CRÍTICA DOS PLANOS

a. Pimenta Bueno

É o mais antigo e, possivelmente, Caxias teve conhecimento dele. Considerando-se a qualidade civil de seu autor é uma notável revelação de sua intuição do problema estratégico que se apresentava ao Império e uma contribuição substancial à sua posição.

O objetivo é a região Humaitá-Assunção, onde se concentrava o poder militar do inimigo e suas instalações militares. O avanço das forças brasileiras sobre essa região obrigá-lo-ia a travar uma batalha decisiva e, consequentemente possibilitaria a destruição de suas forças.

A direção do esforço foi bem escolhida, bem como a ação diversionária ao Norte, projetada com a profundidade suficiente para repercutir sobre a frente inimiga ameaçada pelo grosso. A via de acesso para atuação da massa principal foi objeto de estudo demorado, que conduziu a duas linhas de ação uma fixando Humaitá, para desbordar essa posição com o grosso, e conquistar, inicialmente, Assunção e, em seguida, Humaitá; outra, rompendo as defesas inimigas num esforço frontal, em Humaitá, e depois prosseguir para Assunção. A primeira parece não ser a melhor, pois exigiria uma forte cobertura, face a Humaitá, o que iria fatalmente repercutir na potência do grosso, ou para preservar-lhe essa potência, em correr risco muito grande, uma vez que o inimigo tinha possibilidade de romper a cobertura e isolar o grosso de suas bases, para depois destruí-lo.

Não cogitou o plano do aspecto político decorrente da neutralidade argentina. Em compensação, previa a possibilidade de López resistir além de Assunção, preparando uma ação sobre Vila Rica e que resistiria até o fim.

A solução do voluntariado era a melhor, desde que aproveitasse, também, os elementos da Guarda Nacional. O efetivo previsto para as forças em campanha só é aceitável com a condição de que representasse apenas a do primeiro escalão de forças.

Era um plano perfeitamente exeqitível, desde que se resolvesse o problema do transporte de tropas para uma zona de concentração próxima ao Paraná.

b. Plano de Caxias

Seguiu-se imediatamente ao de Pimenta Bueno e foi calcado na situação que lhe serviu de base.

Os objetivos estão perfeitamente determinados e balizam a região onde se encontrava o grosso das forças inimigas, possibilitando a sua destruição.

A manobra aproveita as duas vias de acesso existentes para alcançá-los e assegura pela convergência de direções na sua última fase a preservação da potência do ataque ao objetivo final: Assunção. À direção de esforço, bem escolhida, estava convenientemente coberta no seu flanco vulnerável pela ação sobre Itapua ou São Cosme; que poderia servir também para acolher os elementos atacantes em caso de insucesso.

A coordenação das ações envolventes, indispensável em manobra deste tipo, foi concebida com realismo e oportunidade, dados os longos prazos exigidos pela concentração da massa secundária em Mato Grosso.

O sistema de mobilização proposto se baseava na velha estrutura do Exército, corrigindo as desvantagens de um aproveitamento maciço da Guarda Nacional. A criação dos Corpos de Voluntários revigoraria o velho Exército, injetando-lhe o sadio entusiasmo dos voluntários, que tão grandes serviços haveriam de prestar nesta guerra.

Era francamente exequível e o melhor de todos, desde que se resolvesse satisfatoriamente o problema da concentração para a batalha que deveria ser realizada próximo e ao Sul da curva do Paraná.

c. Plano de Tamandaré

Elaborado ao curso mesmo da ação, se destinava mais a preencher uma lacuna que começava a ser prejudicial às operações do que a oferecer uma solução ao problema militar que o Império enfrentava.

O Plano é, em linhas gerais, o que Caxias formulou, não tendo porém a sua precisão, quanto às missões a serem confiadas à massa envolvente, nem a medida de coordenação, o que era particularmente importante, dado o prazo que seria exigido para concentração de 20.000 homens em Mato Grosso. À dosagem da massa destinada a exercer a ação secundária parece muito forte, principalmente em face das dificuldades para concentrá-las e apoiá-las logisticamente.

A direção do esforço foi bem escolhida e aproveitava a melhor via de acesso. Parece muito arriscada a conquista da cabeça de ponte inicial, dado o poder naval de que dispunha López e ao fato de se fazer justamente na área onde se encontrava seu grosso.

A missão dada à força de cobertura não parece suficiente. pois não cobriria a ação da massa principal ao Norte do Paraná.

É um Plano de execução dificílima exigindo a neutralização ou destruição inicial do poder naval de López. Os prazos, particularmente o previsto para reunião da massa secundária em Mato Grosso, eram francamente inexequíveis.

d. Plano de Aliança

É o Plano de Caxias em sua primeira fase. Não tem, porém, a profundidade que encarou, nem a sua clareza, embora fosse elaborado em uma situação militar perfeitamente definida.

Por outro lado, não consulta, absolutamente, os elementos da situação militar existente. De fato, nesse momento, os aliados dispunham apenas, como forças capazes de operar, da Esquadra Brasileira e do Exército de Osório, enquanto os paraguaios estavam em condições de se expandirem rapidamente para o Sul, seja ao longo do Paraná, seja ao longo do Uruguai. Não podiam, portanto, os aliados pensar em ação ofensiva, pois, antes disso, teriam de mobilizar, organizar e concentrar os meios destinados a desencadeá-la. Por outro lado, Humaitá se transformara num mero objetivo geográfico, uma vez que a massa inimiga que ocupava a região se deslocara para o sul, ocupando Corrientes, onde preparava um novo lance, que poderia levá-la até Entre Rios. Essa força se transformara portanto em primeiro objetivo, pois, de sua destruição, dependia a própria concentração dos meios aliados.

Cumpre ainda acentuar que a concentração projetada sobre o rio Paraná encontraria muitos obstáculos. Em primeiro lugar, estava sobre o eixo do esforço inimigo; em segundo, estava muito longe do Exército de Osório que era, acentue-se, mais uma vez, o único elemento de força terrestre organizado de que dispunha a Aliança e que seria fatalmente atraído pelas necessidades de defesa do Rio Grande.

O Plano Aliado era, portanto, inexequível, consultando muito mais os elementos políticos da situação de que seus aspectos militares. Parecia ser apenas a base para discussão de um novo Plano.

6. ELEMENTOS PARA COMPARAÇÃO DOS PLANOS

Planos da Campanha	ELEMENTOS DA MANOBRA				
	Atitude	Objetivos	Repartição dos meios	Execução	Coordenação
Pimenta Bueno (2 jan 865)	Ofensiva (42 000 homens)	Humaitá, Assunção ou Vila Rica	Ação principal da Direção Passo da Pátria-Assunção ou Vila Rica (32.000) Ação secundária na Direção Apa-Ipané Jejui (10.000 homens)	Duas hipóteses na ação principal Ação secundária mal definida	Não Prevista
Caxias (25 jan 865)	Ofensiva (50.000 homens)	Humaitá Assunção	Ação frontal na Direção Passo Pátria-Humaitá-Assunção (25.000 homens) Ação envolvente na Direção Miranda-Apa-Objetivo a designar (10.000 homens) Ação de fixação na direção São Borja-São Cosme ou São Borja-Itapua (10.000 homens). Reserva Rio de Janeiro ou Santa Catarina (5.000 homens)	1ª Fase: Conquista de Humaitá e limpeza do Sul de Mato Grosso. 2ª Fase: conquista de Assunção mediante ações combinadas, partindo do Sul do Norte.	Mediante ordem para ação secundária.
Tamandaré (3 mar 865)	Ofensiva (mais de 80.000 homens)	Passo da Pátria Humaitá	Ação frontal na direção Passo Pátria-Humaitá-Assunção (30.000 homens) Ação envolvente na direção Apa-Assunção (20.000 homens)	1ª Fase: conquistada a cabeça de ponte ao Norte Paraná. 2ª Fase: conquista de Humaitá e invasão pelo	Mal definida.

			Ação de fixação face a São Tomé (indeterminado).	Norte. Conquista de Assunção.	
Tríplice Aliança	Ofensiva	Humaitá	Ação frontal na direção Passo da Pátria-Humaitá (efetivo indefinido). Ação de cobertura na direção São Thomé-Candelária. Ação de cooperação em Mato Grosso (isolado)	Conquista de Humaitá e expulsão do inimigo de Mato Grosso (a cargo do Brasil)	Mal definida.

VI - O TRATADO DE TRÍPLICE ALIANÇA DE 1 DE MAIO DE 1865

O ato de assinatura ocorreu em Buenos Aires a 1º de maio de 1865, após as hostilidades de López contra a República Argentina. O Tratado aliou a Argentina e o Uruguai ao Brasil, na guerra que o Ditador paraguaio havia empreendido contra o Império. Os seus termos estabeleceram convenções - militares, para coordenação das operações; - políticas, para assegurar a paz na Bacia do Prata; - econômicas, sobre as despesas de guerra e a navegação fluvial.

Assim determinava o Tratado:

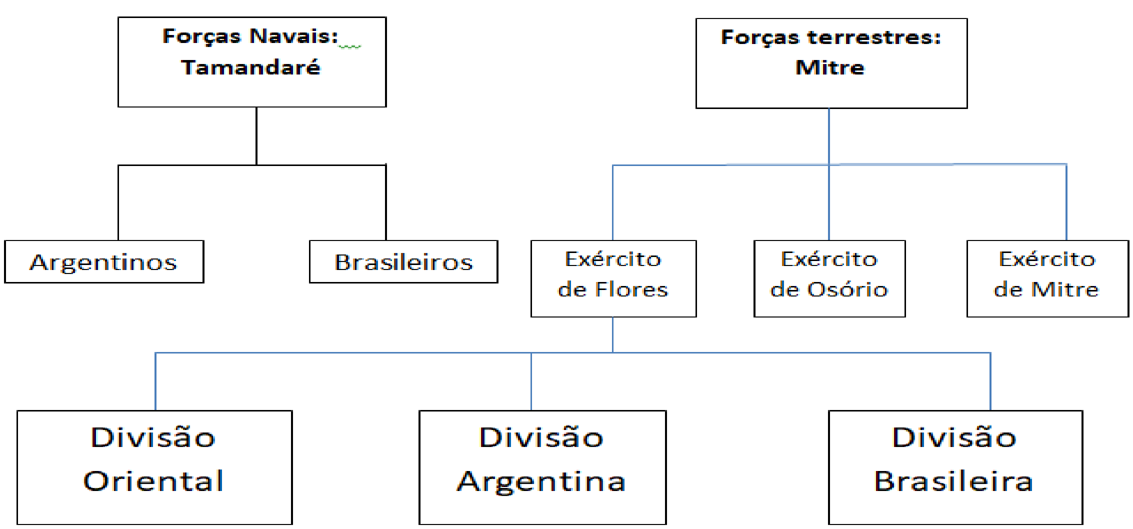
Art. 1º Fixava uma aliança ofensiva e defensiva contra o governo do Paraguai. Deste modo ficou bem esclarecido ser a guerra contra o governo e não contra o povo paraguaio.

Art. 2º Determinava que os aliados concorressem com os meios de guerra segundo o necessário. A redação era muito vaga e quem julgaria o necessário? O Brasil sendo o mais forte, populoso e dispondo de grande esquadra, sobre ele fatalmente recairiam os maiores ônus da guerra, apesar de ser o menos vitalmente ameaçado pelo expansionismo paraguaio.

Art. 3º Estabelecia que o Comando-em-Chefe seria de Mitre enquanto as operações tivessem lugar nos territórios argentino e uruguaio. Firmava o princípio de reciprocidade para o Comando-em-Chefe, caso as operações passassem para o território brasileiro ou oriental. À esquadra aliada operaria sob o comando de Tamandaré e o artigo designava os Cmt de Exército pelos nomes.

a. Desvantagens

- Separação dos comandos terrestres e navais numa guerra navais.



- Recair o Comando em Chefe das forças terrestres num Comandante de Exército que ainda não estava organizado e quando fosse, não teria o maior efetivo.
- Não ter sido separado o problema de Direção de Guerra do de Comandante em Chefe.
- Acumular o Comando-em-Chefe e o Comando do Exército.
- Não se ter constituido um Estado-Maior para o Comandante-em-Chefe, ou pelo menos, um Conselho de Guerra permanente para assisti-lo nas suas tarefas de coordenação.

b. Justificativas

- Políticas - A ascendência de Mitre e Flores sobre Osório e Tamandaré, uma vez que os primeiro eram também Chefes de Estado. Facilitar o estabelecimento da Aliança.

- Psicológicas - Atrair a simpatia das populações argentina e uruguaia. - Dar uma posição de relevo ao General Flores, confiando-lhe um comando, que era, na forma, da mesma importância que o de Mitre.

- Econômicas - Assegurar a cooperação de Mitre e dos argentinos, de modo geral, no apoio logístico dos Exército Aliados.

Art. 4º As despesas correrão por conta de cada País. Razoável nas suas disposições, embora acarretasse forte ônus para o Brasil, possuidor de maior efetivo e operando longe dos seus centros de produção.

Art. 5º Os contrantes auxiliar-se-iam mutuamente, utilizando para isso os meios de que dispunham. Em consequência, o Brasil foi prejudicado pois era o único que possuía Esquadra para transporte de tropas e de abastecimentos.

Art. 6º Os aliados cruzarão as armas após derrubado o Governo paraguaio. Não seriam firmados quaisquer tratados de paz em separado, somente em comum acordo. Esta cláusula não foi cumprida pelo Brasil devido às intransigências argentinas com relação à questão das fronteiras.

Art. 7º A Guerra não sendo contra o povo paraguaio, mas contra o governo paraguaio, admitir-se-ia a formação de uma Legião paraguaia dos cidadãos daquele país que quisessem concorrer para a derrubada do dito governo. Esta medida de grande alcance político concedia uma oportunidade aos paraguaios desgostosos com o governo de seu país, ao mesmo tempo, afirmava ser a guerra contra o governo e não contra o povo.

Art. 8º Respeito à sob, independência e integridade terriorial do Paraguai, que não poderia incorporar-se a nenhum dos aliados, nem pedir seu protetorado como consequência da guerra podendo o povo paraguaio escolher o governo que lhe aprouver. Revela o cuidado do Brasil em evitar a reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

Art. 9º A independência, soberania e integridade do Paraguai serão garantidas por cinco anos pelos aliados.

Art. 10. Regula a distribuição equitativa de privilégios e concessões dadas pelo Paraguai aos aliados.

Art. 11. Regula a questão da navegação dos rios Paraná Paraguai e Uruguai, à ser discutida com as novas autoridades paraguaias e de forma a não prejudicar o trânsito dos navios que se dirijam a outros territórios.

Art. 12. Os aliados combinarão entre si o meio mais próprio para garantir a paz com o Paraguai, logo que derrubado o atual governo.

Art. 13. Os aliados nomearão oportunamente e os plenipotenciários para a elaboração dos tratados que se tenham de fazer com o futuro governo do Paraguai.

Art. 14. Os aliados exigirão do Paraguai o pagamento das despesas, reparações ou indenizações dos danos e prejuízos às suas propriedades e aos seus cidadãos sem expressa declaração de guerra, e dos demais prejuízos verificados posteriormente com violação dos princípios que regem o direito de guerra.

Art. 15. Em uma convenção especial se regulará o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas.

Art. 16. Os aliados exigirão ao Paraguai, ao término da guerra, os seguintes limites:

Com o Brasil - rio Paraná, rio Igureí, Serra de Maracaju, rio Apa, até a sua foz no Paraguai;

Com a Argentina - rio Paraná e Paraguai, até encontrar os limites com o Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai e Baía Negra. A Argentina se excedeu em suas pretensões pois o Chaco Boreal nunca lhe pertencera e o próprio trecho entre os rios Bermejo e Pilcomaio já era litigioso e pretendido pelo Paraguai. Acrescia ainda a inconveniência do Brasil se limitar fronteiramente com a Argentina em Mato Grosso.

Art. 17. Todos cooperariam no sentido de serem atendidas as estipulações constantes no Tratado pelo governo a ser instalado no Paraguai. O Tratado ficava válido até serem obtidas as vantagens decorrentes.

Art. 18. Este Tratado se conservará secreto, até que se consiga o fim principal da aliança. Grande erro, pois seria Paraguai soubessem que a guerra era contra López.

Ao Tratado, seguia-se um Protocolo anexo que tratava da destruição de Humaitá, da divisão do armamento, e dos troféus.

O Brasil cogitou ainda de duas outras questões: a primeira concernente ao comando das forças brasileiras que iriam operar em Mato Grosso, e a segunda, a ressalva dos direitos que a Bolívia se atribuía no Chaco, compreendida dentro dos limites fixados pela Argentina para o seu território a oeste do rio Paraguai.

De qualquer modo, o Tratado foi prejudicial ao Brasil que o peso da guerra recaiu sobre os seus ombros. As maiores vantagens couberam à Argentina. Não havia vantagem no segredo do mesmo, pois sua publicidade tornaria a guerra mais popular e mostraria aos beligerantes que a referida guerra não tinha caráter imperialista. O Tratado colocou em pé de igualdade nações de poder e interesses diversos e foi contraditório nas questões de limite além de prejudicar um não beligerante, a Bolívia, nas suas reivindicações no Chaco Boreal.

VII - OPERAÇÕES EM CORRIENTES E NO RIO GRANDE DO SUL

1 . OPERAÇÕES EM CORRIENTES

a. Planejamento da operação

Os paraguaios estavam concentrados na região de Humaitá - Passo da Pátria e numeravam cerca de 30.000 homens.

A invasão de Corrientes constituía a primeira fase do planejamento estratégico de López e visava:

- Facilitar ou mesmo provocar o levante das populações de Entre Rios e Corrientes, de modo a levar o Governo Argentino a modificar sua atitude anterior (negativa para o trânsito de tropas), ou mesmo substituí-lo por outro mais simpático ao Paraguai.
- Criar uma base de operações que permitisse, em boas condições de segurança e apoio, a invasão profunda do Rio Grande do Sul, prevista na segunda fase das operações.
- Obrigar Urquiza a definir-se.

Seriam tomadas as seguintes medidas políticas:

- A ocupação de Corrientes seria seguida de uma ação política a cargo do Ministro do Exterior do Paraguai, destinada a organizar um governo de ocupação com os elementos simpatizantes dos paraguaios que iria estendendo sua ação à medida que a conquista se fosse ampliando, ou que outras populações se declarassem favoráveis ao Paraguai.

b. Execução da operação

No dia 13 de ábril de 1865, sem que a declaração de guerra fosse do conhecimento do governo argentino, os paraguaios iniciaram o desembarque de tropas no porto de Corrientes. Imediatamente se organizou um governo favorável aos paraguaios e a exploração maciça dos recursos locais.

As forças paraguaias comandadas por Robles avançaram até o arroio Santa Lúcia de onde retrairam, mediante, ordem, em 1º de junho para Corrientes. Robles foi substítuido por Resquin.

c. Consequências para a Argentina

Em consequência da invasão o governo argentino decretou a mobilização geral e aliou-se ao Brasil e ao Uruguai, firmando o Tratado da Tríplice Aliança.

Ao contrário do que esperava López houve revigoramento da autoridade do governo argentino, prestigiado, inclusive, pelo apoio dos seus próprios inimigos, como Urquiza, por exemplo.

d. A cobertura argentina

Para enfrentar a invasão dos paraguaios foi lançado o general Paunero que tinha também como missão ganhar tempo para permitir a mobilização e concentração dos meios aliados ao sul da província de Corrientes.

No dia 21 de maio, Paunero embarcou 1.500 homens em navios da esquadra brasileira tendo como finalidade inquietar a retaguarda dos paraguaios. Quatro dias mais tarde desembarcou e conquistou Corrientes, abandonando-a no dia seguinte sob pressão do inimigo que acorreu à região com forças superiores.

Essa ação de inquietação de Paunero teve como consequências:

- a ordem de retraimento recebida por Robles no dia 1º de junho e sua relutância em cumpri-la, o que contribuiria para o seu fuzilamento posterior;
- a decisão de López de procurar a esquadra brasileira para um encontro decisivo que lhe assegurasse o domínio do rio Paraná. Será derrotado em Riachuelo (11 junho 1865) pela esquadra brasileira de Barroso.

2. OPERAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

a. Planejamento das operações

Desde janeiro que os paraguaios estavam com cerca de 10.500 homens concentrados em Itapua (Villa Encarnacion), sob o comando de Estigarribia. O Major Duarte havia estabelecido uma cabeça-de-ponte na margem Sul do Rio Paraná.

A invasão do Rio Grande do Sul tinha como objetivos:

- Atacar desde o início o inimigo principal, ocupando uma região que fizera parte da província Jesuítica do Paraguai, debilitando-lhe o moral, obrigando-o a distribuir meios importantes para essa área.
- Influir favoravelmente na posição das populações correntinas mostrando-lhes o poder do Exército paraguaio.
- Aproveitar os recursos da região missioneira, particularmente em gado e equinos.
- Aterrorizar as populações brasileiras da região e pelo clamor que o terror levantaria, atrair o Exército Brasileiro do Uruguai para a região missioneira e impor-lhe uma batalha em condições desfavoráveis, criando dificuldades para o Cmt. em Chefe da Aliança.

b. Execução das operações

No dia 10 de maio, Duarte como cobertura, atingiu a região de Santo Thomé mantendo apenas ligeiros contatos com os argentinos. Em 7 de junho o grosso das forças de Estigarribia chegou também àquela cidade e três dias mais tarde transpõe o rio Uruguai ocupando São Borja, nesta altura evacuada pelos brasileiros.

Depois de ter saqueado a região, Estigarribia prosseguiu com o grosso a leste do rio e Duarte a oeste, tendo atingido Itaqui (7 julho) e Uruguaiana (5 agosto). Contrariando ordens de López encerrou-se na cidade e, à vista de 9.000 soldados brasileiros, mandou degolar prisioneiros que tinha feito.

c. À defesa do Rio Grande do Sul

(1) Desde julho de 1864 que a 1ª Divisão vigiava a fronteira face à Mesopotâmia argentina enquanto a 2ª Divisão defendia a fronteira sul. Ficava estabelecido que essas forças estariam em condições de atender a duas hipóteses:

1º) Se as forças paraguaias de Humaitá atacassem a Argentina e as de Itapua o Rio Grande do Sul, a 1ª Divisão deveria transpor o rio Uruguai, bater o inimigo e ocupar Candelária no rio Paraná.

2º) Se, entretanto, as duas forças inimigas reunidas marchassem sobre a fronteira do Brasil, as duas Divisões Brasileiras, também reunidas, deveriam impedir a transposição do Uruguai até a chegada do grosso do Exército.

- Essa missão comportava, pois, uma linha de ação ofensiva no caso da divisão das forças inimigas e uma ação defensiva no corte do rio Uruguai no caso de uma atuação em força do grosso inimigo reunido.

O coordenador geral da defesa era o general Caldwell, que se encontrava em Saicã e não tinha plano definido de ação. Por seu turno, o general David Canabarro, Cmt. da 1ª Divisão, também não o tinha. Suas forças tinham adotado uma atitude defensiva, cobrindo-se nas regiões de passagem do rio Uruguai, enquanto o grosso estava articulado nas cabeceiras do rio Ibitocaí. Uma Brigada da 2ª Divisão recebeu ordem para reunir-se à 1ª Divisão o que fez em 21 de julho, após 3 meses de marcha.

(2) De uma maneira geral a defesa brasileira não existiu pelas seguintes razões:

- a falta de instrução, equipamento e organização precárias da tropa, na sua maioria, constituída de voluntários e de guardas nacionais há pouco mobilizados.
- A manutenção por tempo demasiado da 2ª Divisão na fronteira do Uruguai pois somente em 5 de agosto (Estigarribia já estava em Uruguaiana) reuniu-se à 1º Divisão. A lentidão dos movimento de uma das suas Brigadas atribuiu-se a uma velha inimizade do seu Cmt., Barão de Jacuí, com Canabarro, Cmt. da 1ª Divisão.
- A inação, dos chefes brasileiros foi também notória e deu margem a processo que responderam. O Gen. Canabarro, o maior responsável, eximíu-se das prerrogativas do seu cargo, não impondo suas decisões aos Chefes subordinados. Perdeu, por isso, oportunidades valiosas de destruir as forças paraguaias por ocasião da transposição dos rios Ibicuí, Touro Passo e Imbaá.
- Não se cuidou, após o Fratado de 1º de maio, de unificar o comando das forças aliada das Missões. As tropas argentinas continuaram operando independentes das de Canabarro.

d. As operações em torno de Uruguaiana

(1) Operações dos aliados

Em fins de julho o Exército aliado estava concentrado em Concórdia sendo a maior parte de brasileiros comandados por Osório. O Exército de Urquiza, em Mellizos, fora dissolvido com a sublevação dos seus 8.000 cavalarianos.

No dia 17 de agosto, o general Flores, comandante de um destacamento lançado por Mitre para combater Estigarribia, desbaratou a coluna de Duarte a oeste do rio Uruguai, e juntou-se às forças brasileiras, comandadas pelo general Porto Alegre, já cercando Uruguaiana.

No dia 2 de setembro, o Gen. Flores reivindicou o comando em chefe dessas forças não sendo atendido pelo general brasileiro. A 10 do mesmo mês chega Mitre à Uruguaiana, e, a 11, o Imperador D. Pedro II.

(2) A questão do comando

Em ofício "Confidencial" de 20 de julho de 1865, que nomeou o Gen. Porto Alegre Cmt. em Chefe do Exército de Operações no Rio Grande do Sul, dispôs que:

- No desempenho dessa missão o Gen. Porto Alegre devia obrar "sempre de acordo com o Gen. Osório, com quem deverá estar na mais completa harmonia, sempre em vista o Plano combinado pelo mesmo general e pelo Cmt. em Chefe das Forças Aliadas".
- Se o Gen. Porto Alegre passasse ao território argentino, ficaria subordinado às ordens do Gen. Mitre.
- Se as forças de Mitre se entranhassem no território brasileiro em ato contínuo de perseguição ao inimigo, caberia ainda ao Gen. Mitre o Comando das Forças.
- O Tratado de Aliança firmara também o princípio de reciprocidade do Comando em Chefe, que seria exercido por Comandantes de Exércitos do País, com jurisdição sobre o território em que se desenvolvessem.

Com base no Ofício Confidencial, Porto Alegre, alegando que o Gen. Flores não era o Comandante em Chefe e não estava em perseguição ao inimigo, uma vez que Estigarribia se mantivera em Uruguaiana não enviando mesmo reforços a Duarte, concluía que a operação de ataque seria realizada contra um inimigo que vinha operando desde muito em território brasileiro, cabendo pois a um General Brasileiro o Comando em Chefe das forças aliadas, reunidas para combatê-lo.

A chegada de Mitre, a 10 de setembro, agravou a situação. Mas com a presença do Imperador no dia 11 de setembro tudo foi resolvido satisfatoriamente.

Decidiu-se então que os generais Mitre, Flores e Porto Alegre comandariam cada um, as forças de suas nacionalidades, ficando o Imperador como árbitro para dirimir as dúvidas. Caberia ainda ao general Mitre elaborar o Plano de Ataque e ao general Porto Alegre executá-lo.

O ataque não chegou a ser desencadeado pois os paraguaios se renderam, incondicionalmente, ante a intimação dos aliados (18 de setembro de 1865).

e. Causas do insucesso paraguaio

- Incapacidade de Estigarribia para executar uma operação de envergadura.
- Incapacidade de López, para conduzir a ação, mantendo-se muito longe da área dos acontecimentos, intervindo apenas sobre fatos consumados há muito tempo.
- Sucessos ocorridos no rio Paraná dos quais o mais saliente foi a vitória de Riachuelo, que privou López de utilizar a via fluvial do Paraná e determinou o recuo da coluna de Robles. Ainda aqui López se mostrou incapaz de tirar partido da situação, combinando ações da coluna de Resquin com a de Estigarribia, atacando à retaguarda de Paunero.
- Falta de apoio de Estigarribia a Duarte, permitindo que fosse inteiramente destruído.
- Impossibilidade de Estigarribia para resistir ao ataque aliado, a deserção de muitos dos seus soldados atraídos pelas promessas aliadas.

3. CONSEQUÊNCIAS NO PLANO ESTRATÉGICO PARA O PARAGUAI

- Não ter realizado os objetivos políticos a que se propunha ou seja a deposição do Governo de Mitre, ou pelo menos adesão das populações de Corrientes e Entre Rios.
- Não ter se aproveitado, como devia, da superioridade que o Paraguai possuía para avançar profundamente so longo do Paraná, pelo menos até Entre Rios. A ser verdadeira a explicação de Urquiza sobre a deserção de seu Exército, este movimento teria criado uma situação insustentável para o Governo de Mitre.
- Pouca agressividade na conduta estratégica da operação, particularmente ao longo do Paraná. O "raid" de Cor

rientes foi superestimado e acarretou a retirada de Robles e a batalha naval de Riachuelo.

- Depois de Riachuelo, o aprofundamento da progressão de Estigarribia ao longo do rio Uruguai era um suicídio. López determinou então que ele não ultrapassasse o Ibicuí. Sua desobediência a esta ordem aliada à impossibilidade de López para detê-lo a tempo, dada a distância em que se encontrava selou a sorte desta força que marchou irremediavelmente para a destruição.

- Ainda por temer a ação da Esquadra Brasileira não soube tirar partido da fraca cobertura deixada por Mitre face a Resquin. Uma conduta agressiva de López, seja contra Paunero, seja mesmo aprofundando-se ao longo do Paraná, teria, talvez, modificado o curso dos acontecimentos.

4. O MOVIMENTO ALIADO PARA O SUL DO PASSO DA PÁTRIA

O Plano de operações elaborado a 1º de maio era inexequível por não atender à situação existente. Serviria, quando muito, para base de outros entendimentos de que resultasse alguma coisa de concreta e eficiente.

Escolhida Concórdia como nova zona de concentração em fins de julho estava ela ultimada. A escolha de uma localidade acima dos saltos do rio Uruguai é bastante criticável pois tornou extremamente difíceis os transportes.

Seria mais interessante a eleição de uma região sobre o rio Paraná pois a presença de um elemento forte não permitiria a retirada tranquila de Resquin para o norte do citado rio.

Com a informação de que as forças de Resquin evacuavam a província de Corrientes, Mitre mudou a concentração para Mercedes, pronta em 25 de outubro de 1865.

Em fins de dezembro o Exército Aliado estava reunido ao sul do rio Paraná e iniciados os preparativos para a invasão do território paraguaio.

Para realizar a concentração em Corrientes os aliados levaram 4 meses e tiveram de percorrer mais de 400 quilômetros. Para se ter uma ideia do que representou isso com esforço físico bastará considerar que o movimento foi executado em plena estação invernosa, utilizando péssimos caminhos e transpondo inúmeros rios em plena cheia.

VII - A INVASÃO DOS ALIADOS

l. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÕES

Em 1866, o território da República do Paraguai era, de modo geral, desconhecido pelos estrangeiros e, em largos tratos, pelos próprios paraguaios. Não havia cartas, nem esboços que pudessem servir de base ao planejamento das operações e mesmo às informações menos preciosas.

Situa-se no interior do continente, cercado por vastos territórios do Brasil, Argentina e Bolívia, despovoados e, na época, pouco conhecidos. À via de circulação mais fácil e eficiente era o Rio Paraguai, que cortava o território da República ao meio, funcionando como espinha dorsal das vias de transportes. Essa via ligava Assunção ao Sul, e ao Sul do Estado de Mato Grosso, ao Norte.

a. Relevo

Esquematicamente pode ser visto em três zonas: a do Chaco, a Oeste do Rio Paraguai; a do Rio Paraguai, entre este e o meridiano 56º (Vila Rica); e a do Caá-Guazu, entre o meridiano 56º e o Rio Paraná, linha fronteiriça com o Brasil.

(1) A região do Chaco é baixa, quase horizontal, com a altitude geral de 75 a 500 metros.

(2) A região do Rio Paraguai é alta em sua maior parte e bastante acidentada. Entre o Rio Apa e o paralelo 23º o terreno é acidentado, não apresentando, entretanto, cordilheira definida. Do paralelo 23º ao corte do Manduvirá, o terreno apresenta, sucessivamente, terrenos baixos, acidentes suaves e o degrau do Planalto de Amambaí. Do Manduvirá ao paralelo de Villeta, o terreno é muito acidentado, apresentando verdadeiras cordilheiras, destacando-se a de Altos.

(3) A do Caá-Guazu é acidentada e de relevo mais uniforme e definido do que a do Paraguai.

b. Hidrografia

O rio Paraguai é navegável por embarcações de bom calado até o interior de Mato Grosso. Do Sul para o Norte, notam-se na margem leste, até Vileta, uma série de esteros e rios paralelos e sucessivos, alguns servindo de escoadouro à lagoa Ypoá.

c. Vegetação

Três faixas de vegetação, coincidentes com as faixas de relevo. O do Chaco, com palmares; a central, com grandes florestas e savanas, e o Caá-Guazu com matas virgens.

d. Conclusão

(1) Podem distinguir-se três zonas naturais militares:

A do quadrilátero Villeta - Itapua - Rio Paraná - Rio Paraguai, muito cortada e de circulação difícil, particularmente na região Confluência-Passo da Pátria-Humaitá.

A da cordilheira, acidentada e de circulação difícil.

A do Caá-Guazu, acidentada, muito coberta e de circulação quase impossível.

(2) Como vias de acesso do Sul para o Norte, podem distinguir-se:

A do Rio Paraguai, bem definida, mas muito estreita, com boas condições de circulação, conduzindo à capital do país e ao seu centro vital, bem como ao Sul do Estado de Mato Grosso.

A do Rio Paraná, bem definida, mas muito estreita e excêntrica em relação às áreas vitais do país.

Encarnación-Vila Rica-Assunção, mal definida, em parte coberta, com más condições de circulação.

(3) O terreno entre Passo da Pátria e Humaitá.

Percorrendo-se a estrada de Passo da Pátria para Humaitá, atravessa-se logo dois obstáculos: o de Estero Bellaco e o Estero Rojas.

O primeiro é uma depressão do terreno por onde, na época das enchentes, unem-se as águas dos rios Paraná e Paraguai. Nesse período ramifica-se em diversos canais e transforma essa parte do território paraguaio em uma grande ilha fluvial. O flanco Oeste dessa região se apóia em várias lagoas que se ligam ao Rio Paraguai. Para Este, há saídas mal definidas, que só depois de algum tempo poderiam ser identificadas e balizadas.

Nessa área podem, pois, ser distinguidos três trechos: o primeiro entre o Rio Paraná e o Estero Bellaco, assinalado pelo antigo acampamento de López em Passo da Pátria. A segunda, entre o Estero Bellaco e o Estero Rojas, quase plano e fechado por terrenos pantanosos. A terceira, entre o Estero Rojas e a posição de Humaitá.

2. TRAVESSIA DO PARANÁ

a. Preparação da operação

Em 25 de fevereiro de 1866 foi decidido pelos chefes aliados que, para a transposição do rio Paraná, seria realizada uma operação coordenada das forças terrestres e navais, atualmente conhecida como operação anfíbia.

A escolha do local de desembarque foi muito discutida e, somente em 15 de abril, véspera da transposição, se chegou a uma decisão final - margem esquerda do rio Paraguai em Barranca do Atajo.

b. Execução da operação

As atividades dos navios aliados face ao Passo da Pátria, a ocupação da ilha de Cabrita e a indecisão dos chefes aliados sobre o local de desembarque, induziram López de que este seria feito no Passo da Pátria, proporcionando completa surpresa na execução da operação.

Às 9 horas do dia 16 de abril os primeiros contingentes aliados, com Osório à testa, desembarcavam em território paraguaio, com fraca oposição do inimigo.

Nos dias subsequentes a cabeça-de-ponte foi alargada e conquistou-se o Forte de Itapiru e o Passo da Pátria. Em 2 de maio um contra-ataque paraguaio foi repelido em Estero Bellaco e no dia 20 de maio estacionou-se em Tuiuti.

3. A BATALHA DE TUIUTI

a. Exército Paraguaio

Derrotado durante sua malograda ofensiva ao Sul do Rio Paraná, retranspusera-o e adotara uma atitude defensiva, apoiado nas fortificações de Humaitá e Curupaiti e nas dificuldades do terreno que favorecia a sua instalação defensiva.

Iniciara a organização de uma posição defensiva que tinha seus flancos apoiados em duas lagoas intransponíveis, ligada às fortificações de Curupaiti e tendo em frente o Estero Rojas que foi represado, transformando-se numa corrente de 10 metros de largura e 4 de profundidade.

O Exército numerava cerca de 55.000 homens, dos quais 35.000 se encontravam na região de Humaitá, base de operações, com ligações fáceis e curtas com o interior do país aproveitando o Rio Paraguai. O Quartel General estava em Passo-Pocu.

Os paraguaios deveriam, no mínimo, destruir as forças aliadas ao norte do rio Paraná, a fim de criar condições para uma atuação ofensiva posterior.

O ataque aos aliados, em Tuiuti, foi montado com o emprego de 24.000 homens e a ausência do Cmt.-em-Chefe do combate foi fator preponderante na derrota paraguaia.

b. O Exército Aliado

Os aliados estavam em plena ofensiva estratégica e adotaram momentaneamente a defensiva, visando a preparar uma ação decisiva contra as forças inimigas em Humaitá. O seu dispositivo em Tuiuti era mais ofensivo do que defensivo, com grande profundidade, o que fugia ao esquematismo da época.

A ação de comando dos chefes, durante o combate, foi decisiva para o sucesso dos aliados.

c. Consquencias da Batalha de Tuiuti

Os aliados, embora vitoriosos, perderam a iniciativa estratégica das operação: Sofreram perdas elevadas, estavam com a cavalaria praticamente desmontada, ressentiam-se da falta de meios de transporte. Esses atos teriam repercussões, particularmente na Argentina, onde a perspectiva do prolongamento da guerra agravaria a instabilidade política do Governo de Mitre.

Os paraguaios sofreram grandes perdas. Esgotaram, pois a capacidade ofensiva que ainda possuíam. Passariam, portanto, à defensiva estratégica e tática, o que equivalia à perda da guerra. Daí por diante seu objetivo seria prolongar a guerra pelo tempo que pudessem, a fim de obterem, no mínimo, uma paz negociada.

A guerra entraria numa nova fase caracterizada pela estabilidade de frente.

IX - OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ

l. AS OPERAÇÕES DOS ALIADOS APÓS TUIUTI

Em 30 de maio, em reunião conjunta, os chefes aliados tomaram uma decisão imediata acertada: manter as posições atingidas e reforçá-las progressivamente. Não se chegou, porém, a uma solução útil no que concerne à tomada de ação ofensiva, a única solução que poderia conduzir a uma vitória rápida. Conspirava contra isso a insuficiência dos meios de transporte, o estado precário da cavalaria aliada e a falta dos meios de apoio de fogo, isto é, a artilharia.

a. Missão do CEx de PORTO ALEGRE

Em 12 de abril de 1866, as forças de Porto Alegre, concentradas em São Thomaz, já numeravam cerca de 13.000 homens e sua missão evoluíra. No princípio era reserva, e posteriormente, deveria invadir o Paraguai por Candelária ou seja pelo Alto Paraná. Na conferência de 30 de maio foi sugerida a vinda de Porto Alegre para juntar-se ao exército de invasão. E, cumprindo essa missão, o 2º CEx de Porto Alegre, chegou em 28 de julho a Itapirtu. Desde 1º de julho ficara decidido que essa força realizaria “um ataque a Curuzu e Curupaiti de combinação com a Esquadra”.

Mitre oficiou a Porto Alegre, confiando-lhe essa missão e lhe informou que deveria atuar sob a direção de Tamandaré. Porto Alegre alegou que era mais antigo do que Tamandaré e não poderia ficar subordinado a ele. Em 28 de agosto, houve nova reunião da Junta de Generais para tratar do caso, especialmente. Ficou estabelecido que o Corpo de Exército de Porto Alegre “operaria sempre de acordo com os aliados, ou fosse reunido a estes, ou auxiliando a Esquadra”, assentando-se que Porto Alegre “quando ligado à Esquadra seria mero executor do que fosse resolvido na junta de Guerra”. A má estruturação do Comando da Tríplice Aliança produzia seus frutos: as forças brasileiras tinham três Comandos: Polidoro, Porto Alegre, Tamandaré; Mitre abdicara tacitamente de suas atribuições de Comandante em Chefe, sugerindo que as decisões de importância fossem tomadas em Juntas de Generais; protelava-se o início de operações importantes para atender às suscetibilidades de Porto Alegre, criava-se ressentimentos entre Mitre e Porto Alegre e entre eles e Tamandaré.

b. O ataque a Curuzá (3 de setembro de 1866)

Curuzu era um prolongamento da posição fortificada de Humaitá, mais ao Sul de Curupaiti.

Os obstáculos e a resistência dos paraguaios não detiveram o ataque de Porto Alegre que alegou deixar de atacar Curupaiti no mesmo dia pela falta de reforços e desconhecimento completo do terreno.

c. O ataque a Curupaiti (23 de setembro)

Após a queda de Curuzu, Lopez segundo alguns historiadores, para ganhar tempo, a fim de reforçar Curupaiti, convidou no dia 11, os aliados para parlamentarem. Somente Mitre participou da conferência, cujo resultado foi negativo. O governo argentino, no entanto, habilitou Mitre para negociar "com o governo do Paraguai, qualquer Tratado de armistício, trégua ou paz definitiva e a separar-se da Aliança". Houve choque com a opinião dos brasileiros e decidiu-se não dar resposta ao Paraguai.

O ataque a Curupaiti foi dirigido por Mitre e resultou em completo desastre para os aliados, que sofreram 4.000 baixas em contraste com as 250 de Lopez.

d. As consequências do desastre de Curupaiti

Em face da difícil situação política interna do Uruguai o general. Flores retornou a Montevidéu, não mais voltando por ter sido assassinado.

O desastre de Curupaiti teve larga repercussão no Brasil. O governo convenceu-se da necessidade de dar um comando único às forças brasileiras de terra e mar. Em 10 outubro 1866, foi nomeado Comandante-em-Chefe de todas as forças brasileiras em operações no Paraguai, inclusive a Esquadra, o Marquês de Caxias.

Em 18 de novembro, Caxias assumia o comando geral brasileiro e uma das suas primeiras providências foi o retorno de Osório, à frente do 3º CEx, recém organizado.

X - O COMANDO DE CAXIAS

1. A NOMEAÇÃO DE CAXIAS

Em ofício confidencial de 7 de outubro, Caxias procura fixar sua posição no Comando em Chefe, forçando assim o Governo a definir as instruções que deveriam regular a sua conduta.

As instruções do Governo, entre outras Normas de Ação, fixavam que:

- O Comando em Chefe do Exército Brasileiro teria voto independente sobre as deliberações na parte técnica e estratégica das operações, o qual não prevaleceria sobre as decisões do Cmt. em Chefe dos Exércitos Aliados. Preservava-se a autoridade de Mitre.

- Nenhuma força brasileira poderia ser destacada para operar sob as ordens de um general estrangeiro, inclusive o Cmt. em e Chefe da Aliança, sem consentimento expresso do Comandante Chefe do Exército brasileiro. Evitava-se, assim, incidentes semelhantes aos ocorridos em Curupaití.

- No caso de Cmt. em Chefe retardar às operações de guerra, concertar armistício com o inimigo, ou retirar-se do teatro de operações, o Cmt. do Exército Brasileiro poderia operar por si só, "sob sua maior responsabilidade". Dava-se a Caxias a possibilidade de agir em separado, no caso de suspeitar de intenções ocultas do Chefe argentino, mas se jogava sobre seus ombros, tanto a responsabilidade de julgar essas intenções, como a do resultado dessas operações.

Caxias nos seus quesitos procura ampliar as atribuições do Cmt. do Exército Brasileiro, que foram até então restringidas por sua subordinação completa ao Cmt. em Chefe, cujos planos mirabolantes sempre se chocavam com a realidade dos fatos, que não procurava remediar de imediato. Com isso, a guerra entrara em ponto morto e a decisão final fora procrastinada por tempo imprevisível, contrariando os interesses do Império, cujos recursos se iam exaurindo, enquanto servia aos dos argentinos, que enriqueciam e prosperavam com os gastos do Império Brasileiro. A falta de firmeza da condução da guerra, reconhecida implicitamente na necessidade de dilatar a liberdade de ação do Chefe Brasileiro, era remediada, autorizando-o a agir por si só, se assim julgasse preciso. Tolhia-se entretanto, sua ação, jogando-se exclusivamente sobre seus ombros a responsabilidade sobre o resultado da operação. Dera-se no entanto um grande passo na unificação do Comando da Esquadra e do Exército brasileiro. Deixava-se, também, o Exército uruguaio reduzido às suas próprias responsabilidades. Evitar-se-ia que a Esquadra e o Exército brasileiros ficassem sob o comando rígido de Mitre.

2. OPERAÇÕES ENTRE NOVEMBRO DE 1866 E AGOSTO DE 1868

a. Os planos de CAXIAS e de MITRE

Em fevereiro de 1867, Mitre retornou a Buenos Aires por ter se agravado a revolta de algumas províncias argentinas. Em consequência Mitre passou o comando do Exército Aliado a Caxias, que se preocupava com a organização do Exército brasileiro.

Para o prosseguimento das operações, Caxias elaborou um Plano de Operações que, em síntese, preconizava

um movimento para flanquear as trincheiras inimigas por São Domingos - TuiuCuê. O movimento envolvente seria garantido por uma força de fixação, em Tuiuti a cargo de Porto Alegre.

Mitre, embora afastado do comando, não se eximiu de mandar o seu Plano de Operações. Este Plano exigia um efetivo que não poderia ser reunido em curto prazo, procrastinaria por tempo imprevisível o início da operação, inutilizando, assim, pela demora, todo esforço organizador de Caxias.

Exigia, também, da Esquadra, esforço que não poderia dar sem correr o risco de ser destruída sob o fundamento de que ela foi construída para realizar missões dessa natureza, mesmo sob o risco de destruição completa.

b. Execução das operações

O movimento foi iniciado, de acordo com o plano de Caxias, em 22 de julho. Nove dias mais tarde tinha sido atingido Tuiu-Cuê e estabelecido a ligação com a base de Tuiuti. Nesse mesmo dia, com a chegada de Mitre, as operações cairam em ponto morto.

Em 15 de agosto, a Esquadra força a passagem de Curupaiti e se situa ao Sul de Humaitá. Mitre insiste para que forçasse a passagem de Humaitá com o que não concorda Caxias.

Mitre insistiu insinuando que n Esquadra não queria se arriscar na execução de uma operação que lhe parecia fácil e os jornais argentinos e uruguaios fizeram eco dessa malévola insinuação. Caxias resistiu e comunicou aos seus Superiores, que a insistência de Mitre lhe parecia suspeita, bem como sua inatividade. O Governo consolidou sua liberdade de ação, limitando as limitações da exclusiva responsabilidade de Caxias na execução das operações. Perigou a Aliança. Mas se realizou, embora indiretamente, a unidade de Comando sob a liderança de Caxias.

As operações tomaram novo impulso e o dispositivo aliado estendeu-se a São Solano, Pilar e Taí, onde se instalaram, dificultando as ligações paraguaias pelo rio.

Lopez reagiu atacando em 3 de novembro a base de Tuiuti sendo repelido. Iniciou a construção de uma nova posição no Tebicuari e concentrou-se em Humaitá.

Em janeiro de 1868, Mitre retira-se definitivamente para Buenos Aires, passando o comando em chefe a Caxias. No mês seguinte, a Esquadra força a passagem de Humaitá, e alguns navios brasileiros apresentam-se frente à Assunção.

No dia 3 de março, Lopez e 12.000 homens abandonam Humaitá que só será ocupada pelos aliados em 5 de agosto com a sua evacuação definitiva pelos paraguaios.

Todo o período de operações, que vai da batalha de em 24 de maio de 1866, à queda de Flumuitá, em 5 de de 1868, pode ser caracterizada ela atividade dos aliados em busca de um campo de batalha, onde possam impor uma derrota definitiva a Lopez. Praticamente nada conseguiram. Lopez se manteve atrás de suas fortificações, bem casadas às dificuldades do terreno e resistiu bem. Depois de impor uma parada de dois anos ao Exército aliado, conseguiu retrair-se com os seus efetivos quase intactos. O desgate dos aliados grande. Foi, em verdade, uma vitória defensiva dos paraguaios.

Aberta a via do Paraguai, as operações entrariam num periodo ativo que culminariam com a manobra de Piquisiri.

3. OPERAÇÕES ENTRE SETEMBRO E DEZEMBRO DE 1868

Instalada a base de Humaitá, Caxias dispôs-se a procurar o inimigo que se supunha achar-se no corte do Tebicuari. Esse rio foi transposto com pequena resistência do inimigo. Seguiu-se a passagem do Parái e do Surubi-i, recalcando elementos retardadores, e o reconhecimento de Angostuia. Em fins de setembro, os aliados acham-se em Palmas e a vanguarda estabeleceu contacto com a posição do Piquisiri.

A impressão geral é de que esta posição, com 9 km de extensão apoiada em uma lagoa de grandes dimensões e no rio Paraguai, seria de difícil conquista por ataque frontal através verdadeiro lençol d'água.

a. Manobra de Piquisiri

Face ao estudo da posição, Caxias decidiu contorná-la por seu flanco oeste, através dos pantanais do Chaco. Os reconhecimentos, aí procedidos, foram favoráveis à possibilidade desse movimento, iniciando-se a seguir a construção de uma estrada pelo Chaco.

O deslocamento será feito por essa estrada até as margens do Villeta, a oeste do rio Paraguai. Embarcados na esquadra subirão o rio até Santo Antônio, onde desembarcarão. O movimento será completado com uma marcha, flanco apoiado no rio, até Villeta e em condiçes de prosseguir para o Sul. O inimigo será fixado de sul para o norte do Piquisiri.

b. Execução da manobra - a Dezembrada

De acordo com o planejado, o movimento executou-se em 4 de dezembro até Santo Antônio. Após seu desembarque Caxias verificou que sua ordem para ocupação da ponte sobre o arroio Itororó não fora cumprida.

O inimigo já havia ocupado essa região o que obrigou, em 6 de dezembro, ao seu desalojamento por um ataque frontal. De 8 a 10, pausa nas operações para a execução do ressuprimento das tropas.

No dia 11, novo encontro no corte do rio Avaí, sendo aniquiladas às forças paraguaias de Caballero.

No dia 21 novamente os aliados empenham-se na batalha de Llomas Valetinas (ou Ita-Ivaté) com vitória parcial, só completada em outro ataque a 27 de dezembro. Às forças de López foram completamente aniquiladas, restando, apenas, o Ditador e uma pequena escolta que se evadiram na direção de Cerro León.

A 5 de janeiro de 1869 os aliados ocupam Assunção e a 18 do mesmo mês, Caxias retira-se definitivamente do Paraguai.

c. A atuação de LÓPEZ

Depois de abandonar Humaitá, López dirigiu-se para o Norte do Tebicuari onde pretendia organizar nova resistência. Depois verificando que a posição do Piquisiri era mais curta e estava solidamente apoiada nos flancos, decidiu montar a nova posição defensiva na margem Norte do arroio Piquisiri.

Parecia-lhe impossível que os aliados pudessem contornar a oposição pelo lado do Chaco, mas acabou se convencendo que eles estavam realizando com êxito esta tarefa difícil. Decidiu, então, organizar um forte núcleo de forças para jogar com elas no momento oportuno.

Abriam-se-lhe três linhas de ação: abandonar a posição e procurar estabelecer nova resistência na Cordilheira; jogar suas forças para o Norte a fim de enfrentar o Exército Aliado, numa batalha campal decisiva; defender a posição com a frente invertida. A primeira linha de ação era inteiramente contrária ao seu temperamento voluntarioso e decidido. A segunda lhe pareceu sumamente desfavorável dada sua inferioridade numérica. Agarrou-se, pois, à terceira, lançando para o Norte um contingente de 9.000 homens (cerca de metade de seus efetivos) para ganhar o tempo suficiente para preparar a posição face ao Norte.

Na dosagem dessa força parece ter residido o seu maior erro, pois o aniquilamento desse destacamento em Itororó e em Avaí, não lhe permitiu defender com êxito a posição de Itá-Ivaté. Foi então batido por partes.

d. A atuação de Caxias na Dezembrada

A manobra concebida e executada por Caxias foi uma manobra de ala com movimento envolvente integral em que sobrasairam:

- A surpresa estratégica com o desembarque do grosso na região de Santo Antonio.
- A velocidade, apesar das dificuldades e desconhecimento do terreno e do mau tempo, foi obtida pelo acionamento vigouroso dos meios em Itororó e Avaí, embora o inimigo se defendesse com energia e denodo.

Cumpre ainda ressaltar a busca intensa de informações quer em relação ao terreno, quer sobre a localização dos elementos inimigos, servindo de base a progressiva elaboração da manobra e sua segura e eficiente execução.

XI - A ATUAÇÃO DE CAXIAS NA GUERRA DO PARAGUAI

a. A preparação do Exécito

Quando Caxias assumiu o Comando do Exército Brasileiro, em 19 de novembro de 1866, na região de Tuiuti, cerca de 1/3 dos seus efetivos se encontrava baixado em hospitais. Os dois Corpos de Exército eram inteiramente diversos em efetivo e organização, parecendo pertencerem a países diferentes. A Cavalaria estava em sua maior parte a pé, não havia bois para tração das carretas e nem carros suficientes para empregar em qualquer espécie de movimento. Os valores das etapas eram diferentes para os dois Corpos de Exército e diversos os critérios para promoção, num e noutro.

Como sempre, sua primeira tarefa de Comando foi organizar, disciplinar e instruir o Exército. Começou por reorganizar os hospitais, depósitos, serviços administrativos. Adquiriu cavalos e mulas. Instituiu forrageamento pelo milho e alfafa, pondo fim à espantosa mortandade de animais, e criou os meios necessários para dar mobilidade ao Exército. Passou, em seguida, à reorganização das Unidades, extinguindo umas, refundindo outras. Coibiu irregularidades, combateu a rotina e os maus costumes, puniu e recompensou com critério e elevação, restaurando a disciplina e a hierarquia no Exército. Cuidou da instrução.

Passou, depois, às medidas de ordem tática. Evacuou de Curuzu o grosso do 2º CEx., deixando naquela região apenas 1.500 homens e 13 bocas de fogo, protegidos por trincheiras. Melhorou as posições de Tuiuti e mandou construir um reduto central para proteger os Depósitos da Base e servir de núcleo de resistência final. Mandou organizar o 3º CEx no Rio Grande do Sul, colocando Osório no seu Comando e adotando medidas junto a ele e ao Presidente da Província de que resultou a rápida mobilização dessa Grande Unidade.

Preocupou-se, ainda, Caxias em ativar a busca de informações por meio de reconhecimento de Cavalaria e observação em balão.

Quando todo esse trabalho estava em curso, irrompeu no acampamento aliado uma epidemia de “Cholera Morbus” que se manifestou em março de 1867, em Itapiru, e durou cerca de mês e meio, zombando de todas as medidas profiláticas e de tratamento, fazendo cerca de 4.000 vítimas.

b. A manobra de Humaitá

Como Comandante em Chefe do Exército Aliado, entre 14 de fevereiro e 31 de julho de 1867, e depois, de janeiro de 1868 em diante, coube a Caxias arrancar o Exército da passividade em que se vinha mantendo desde novembro de 1866. Coube-lhe retomar e ultimar o planejamento da manobra de Humaitá e iniciar e terminar sua execução, o que bastaria para consagrá-lo como general em toda profundidade e extensão desse título. Como organizador deu mobilidade ao Exército pela solução de problemas logísticos que lhe permitiu possuir uma Cavalaria numerosa, flexível, agressiva e manobreira. Como planejador, sentiu as possibilidades do inimigo, os pontos fracos do seu dispositivo, elegeu com acerto a direção mestra do esforço e ajustou os meios terrestres e fluviais sobre ela no quadro real de suas possibilidades. Como executor da manobra esteve sempre nos seus pontos críticos, com oportunidade, estimulando pela ação pessoal seus soldados, conduzindo com rapidez e eficiência suas Grandes Unidades.

c. A Manobra de Piguisiri

O conjunto das Operações, conhecido como “Manobra do Piquisiri” ou “Dezembrada”, concebida e conduzida por Caxias teve como resultado a destruição do grosso das forças paraguaias. Sem dúvida, a Guerra ainda continuaria, mas, não se pode contestar de existir como testar, também que o Exército de Lopez força combatente digna desse nome.

Vitorioso em Humaitá, Caxias procurou imediatamente o contato com o inimigo que supunha se estabelecesse em Tebicuari. Sua Cavalaria em reconhecimentos profundos logo lhe dera a informação de que o inimigo se postara perto do arroio Piquisiri, com os flancos bem apoiados.

Estabeleceu desde logo a ideia de atingir Villeta para destruir o grosso inimigo e daí seguir para o Norte, a fim de ocupar Assunção. Essa ideia geral foi se precisando à proporção que as informações iam chegando e realizava os reconhecimentos do terreno.

Planos sucessivos, encadeados no tempo e no espaço se foram sucedendo e completando até surgir a manobra como um todo: o envolvimento pelo Chaco e o ataque de Norte para Sul.

A execução dessa manobra se foi fazendo também por etapas, mediante planos parcelados, subordinados ao de conjunto, bem ajustados à conduta do inimigo, aos reconhecimentos e às informações de que carecia. E neles estão sempre presents as ideias de rapidez, de potência e seguran, a ideia de rapidez e, para tal, o chefe não hesitou em empenhar-se a fundo num ataque frontal para abrir a porta do campo de Batalha que procurava. Em Porto Ipané o que prevalece é a potência. O Chefe podia ir além sem ter reunido todos os seus meios, particularmente, a Cavalaria e tê-los suprido abundantemente. Demora-se, pois agir de outra forma seria enfraquecer o Vigor de seus meios e em consequência a potência de sua massa de manobra.

Depois é a ação vigorosa em Avaí e a reunião em Villeta, para travar a batalha decisiva. O objetivo principal é fixado com realismo e sobre ele se concentra a ação do grosso.

A Manobra do Piquisiri, disse muito bem o General Tasso Fragoso, tem o “sinete característico das concepções napoleônicas”, que prevê e provê, sabe aliar a audácia à segurança, nada deixando à improvisão e ao acaso.

XII - A CAMPANHIA DA CORDILHEIRA

1. TERRENO

A região ao norte do Tebicuari era a mais rica e povoada do Paraguai, e tanto mais, quanto mais próximo do rio que o limita a oeste. Do lado do rio Paraná era deserto.

A cordilheira dos Altos ou simplesmente a Cordilheira, se estendia de NO para SE e, em cima se situavam as localidades mais importantes: Altos, Atirá, Peribebuí, Valenzuela e Caacupê.

Mais para o norte o terreno é caracterizado pelo grande divisor de águas entre o Paraguai e o Paraná, a serra de Caaguazu, região pobre, com poucos recursos e vias de transporte precárias. As localidades de maior importância eram S. Joaquim, Caraguataí, Campo Grande, Ponta Porã e Bela Vista.

Já ao longo do rio Paraguai na direção Norte a vida é mais intensa e com boas vias de transporte.

2. SITUAÇÃO DEPOIS DA CONQUISTA DE ASSUNÇÃO

a. Exército Paraguaio

Lopez acompanha 60 homens lograra fugir do cerco aliado em Itá-Ivaté e se refugiou em Peribebuí, que foi declarada capital da República. Decidido a continuar a resistência, procurou reunir todos os recursos disponíveis, concentrando-se na região de Caacupê-Ascurra-Peribebuí, onde se instalou defensivamente. Suas forças se elevaram rapidamente a 13.000 homens, estando o grosso delas em Ascurra, barrando o desfiladeiro de Ascurra, para manter Caacupê.

b. O Exército Aliado

Com a retirada de Caxias, foi nomeado Cmt-em-chefe, o Conde D'Eu. As forças brasileiras foram reorganizadas em dois CEx e totalizavam 22.000 homens.

Diversos reconhecimentos foram lançados para precisar a posição inimiga e neutralizar os recursos de que Lopez, poderia lançar mão.

3. A MANOBRA DE PERIBEBUÍ

a. Planejamento

Para enfrentar Lopez, instalado defensivamente sobre a Cordilheira, os aliados estabeleceram um plano de operações que em síntese era o seguinte:

- Uma ação frontal secundária na direção Taquaral - Caacupê
- Um envolvimento, ação principal, na direção Taquaral - Valenzuela - Peribebuí - Caacupê.

b. Execução

O movimento envolvente tinha pouca profundidade e a ação de fixação não teve o efeito que dela se esperava deixando o inimigo retirar-se tranquilamente.

Na continuação da manobra o exército aliado travou a batalha de Campo Grande em 16 de agosto em que o inimigo, completamente cercado, foi batido.

c. Consequências

No quadro geral da guerra Lopez fora vencido em Itá-Ivaté e jogava agora seus últimos trunfos. De um Exército de 80.000 homens, restavam-lhe 13.000 homens mal armados e equipados. Destes perdeu a metade nas batalhas de Peribebuí e Campo Grande. Cairam, também, em mãos dos aliados em Caacupê numerosas peças de Artilharia em fase de acabamento. Depósitos atulhados de víveres e, principalmente, o Arsenal em que se fabricavam com a ajuda de técnicos europeus feitos prisioneiros, três peças de artilharia por semana. Era evidentemente o fim para o Exército de Lopez. Iria começar daí por diante uma fase ativa de perseguição.

XII - A PERSEGUIÇÃO A LOPEZ

Batido em Peribebui, Lopez dirigiu-se a Caraguataí que foi elevada a capital do país em agosto de 1869.

O Conde D'Eu descentralizou o comando, e buscou limitar progressivamente a área de movimentos do adversário e das fontes onde se supria pela ocupação metódica das áreas vitais da região. Para isso as tropas realizaram amplos e rápidos movimentos buscando envolver o adversário e depois cercá-lo.

Coube ao General Câmara, depois de realizar amplos movimentos por Miranda e Ponta Porã, sempre em perseguição a Lopez, encurralá-lo na região de Cerro Corá.

Lopez morreu combatendo num último encontro nas margens do Arroio Aquidabanniqui.

XIV - AS OPERAÇÕES DA COLUNA EXPEDICIONÁRIA AO SUL DE MATO GROSSO

a. Organização da colnna e seu movimento até Nioaque

Logo que teve conhecimento da extensão da ofensiva paraguaia em Mato Grosso, o governo imperial tomou às primeiras providências para reforçar as forças estacionadas naquela província. Em abril de 1865, partiu de Santos uma força de 600 homens, acrescida de elementos recrutados no Rio e, em São Paulo, do Corpo de Artilharia de Amazonas. Esta coluna chegou a Uberaba em julho, aonde se juntaram 1.200 homens vindos de Minas Gerais. O destacamento se organizou então com efetivo aproximado de 2.500 homens partindo para Cuiabá em setembro de 1865.

No meio do percurso, a coluna recebeu ordens para dirigir-se a Miranda, a fim de desalojar o inimigo que ai se encontrava. Chegou a Coxim em dezembro, incorporando elementos destacados em Goiás.

Até junho de 1866, a coluna permaneceu em Coxim, ilhada pelas chuvas e inundações. Com a baixa das águas dirigiu-se a Miranda, onde chegou em setembro. Em 8 meses de marchas penosas a coluna percorrera 2.100 km e restavam apenas 2.000 homens. Seu Cmt., Cel., Galvão falecera.

Miranda, que os paraguaios abandonaram à aproximação dessa força, estava completamente devastada e em péssimas condições sanitárias.

Em janeiro de 1867, assumiu o comando o Cel. Camisão que rumou imediatamente para Nioaque, aonde chegou com apenas 1.300 homens, iniciando um período ativo de treinamento militar.

b. As operações da coluna e sua retirada

Logo que teve a tropa em melhores condições, o Cel. Camisão decidiu iniciar o cumprimento de sua missão - "marchar para o Apa". Em fevereiro deixou Nioaque com destino a Miranda, já tendo agregado à coluna um conhecedor profundo da Tegião, o guia Lopes. Como as dificuldades de suprimento começassem a se agravar, o Cel. Camisão pensou em retrair sobre Nioaque. Mas, considerou, que essa retirada poderia parecer um ato de covardia e resolveu convocar um conselho para decidir em face da angustiante situação.

O Conselho tendeu para a retirada, mas com o surgimento do guia Lopes conduzindo uma considerável boiada, decidiu continuar o movimento até o Apa.

No dia 21 de abril de 1867 a Coluna transpôs o Rio Apa, já em contato com o inimigo. Em busca de gado; a Coluna dirigiu-se para Laguna, atingida em 1º de maio, e, nada encontrando, Camisão decidiu retirar-se para o Apa.

Antes, porém, ordenou um ataque geral aos paraguaios que estavam à sua frente. No dia 6 o ataque foi desencadeado e os paraguaios se retiraram.

No dia 8 de maio a Coluna iniciou a retirada sendo imediatamente inquietada pela Cavalaria paraguaia, que começou a assediá-la. A 11 de maio foi transposto o Apa em Bela Vista, sendo logo depois surpreendida por uma emboscada paraguaia no valor de 800 homens. Nesse combate a Coluna portou-se valentemente, superando mesmo os paraguaios, mas seu moral sofreu um rude abalo, com a perda do pouco gado que conduzia. Cerca de 180 km separavam-na de sua base de operações e os víveres eram escassos.

Para evitar os ataques inimigos, que vigiavam incessantemente seus movimentos e a conselho do guia Lopes, a Coluna abandonou a estrada e se lançou através do campo. O inimigo, porém, percebeu o movimento e tirando partido das circunstâncias, começou a prender fogo à macega. Acossada pelos ataques rápidos da Cavalaria inimiga, sufocada pelo fogo e fumaça da macega incendiada, a Coluna marchou 12 dias até a Fazenda Jardim. No decorrer dessa marcha penosíssima começou a aparecer a cólera que fez numerosas vítimas. No local denominado Cambaracê o Cmt da Coluna foi obrigado a abandonar à piedade do inimigo 130 doentes. A 23 de maio a força chegou à margem do rio Miranda. Aí faleceram vítimas da cólera o Cel. Camisão, o Cel. Juvencio Cabral de Meneses, Chefe da Comissão de Engenheiros, e o guia Lopes. A 30 o Miranda foi transposto apesar de cheio. A tropa estacionou na margem Norte do rio para refazer-se. No dia 1º de junho foi reiniciada a marcha, sempre inquietada pelo inimigo, chegando no dia 3 a Nioaque, depois de um último encontro com o adversário.

Nioaque estava em ruínas e à tropa retomou a marcha, chegando em Aquidauana no dia 11 de junho de 1867. Terminaria aí sua retirada.

c. A retomada de Corumbá

Em maio de 1867 o Presidente da Província de Mato Grosso preparou uma expedição para libertar Corumbá, então ocupada por 400 soldados paraguaios. Essa expedição partiria de Cuiabá e contaria com 2.000 homens, sendo apoiada por 5 pequenos navios.

No dia 13 de junho a força brasileira após duro combate apossou-se da localidade, que em consequência de uma epidemia de varíola foi posteriormente evacuada.

d. A recuperação de Mato Grosso

Somente após a presença da esquadra brasileira em Assunção (fevereiro de 1868), é que Lopez ordenou a evacuação de Mato Grosso.

Com a ocupação de Assunção foi restabelecida a ligação por via fluvial com a província de Mato Grosso.

c. comentários

A expedição de Mato Grosso veio demonstrar quanto eram difíceis as realizações das providências contidas nos diferentes Planos de Operações com relação a uma atuação pelo Norte do Paraguai. E essas dificuldades residiam nas más condições de apoio à força, principalmente. Certamente Cuiabá ofereceria melhores condições de apoio dada a existência da via fluvial, mas a utilização desta estava condicionada pela possibilidade de ser assegurado o transporte pelo rio Paraguai, ainda dominado pelo que restava da Esquadra Paraguaia, muito mais poderosa do que qualquer combinação de meios fluviais que se pudesse fazer na Região.

Desse modo a primeira decisão de enviar o Corpo Expedicionário a Cuiabá foi muito mais acertada do que a posterior de mandá-lo concentrar-se em Miranda, certamente influenciada pelo plano de Caxias. Mas Miranda nesta época tinha sido devastada pelos paraguaios que tinham arrebanhado todo o gado da região. Seriam, pois, difíceis as condições de apoio logístico da tropa nessa área. Por outro lado, as condições sanitárias reinantes em Mato Grosso, nessa época, eram más, o que aconselhava se evitasse conduzir pela região uma grande massa de tropa.

A expedição de Mato Grosso foi mal sucedida em consequência das dificuldades de suprimentos e das más condições sanitárias da região onde se operou. Aliou-se a essas duas grandes dificuldades o receio do Cel. Camisão em passar por covarde fazendo pesar nas suas decisões de chefe a que estavam ligadas a vida de centenas de soldados e oficiais, suas deficiências humanas. Se a Coluna tivesse ficado com o seu grosso em Miranda e realizado incursões sobre as localidades da fronteira, certamente teria cumprido melhor sua missão e não teria sacrificado inutilmente a vida de inúmeros brasileiros. Em contrapartida não teríamos a página gloriosa da retirada famosa, capaz de ombrear pelo heroísmo, a resistência do espírito de sacrifício dos que participaram, com outras que a História recolheu e orgulham a humanidade.

XV - O TRATADO DE PAZ

a. Antecedentes

O tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio especificava em seus artigos 8º e 9º a manutenção da integridade territorial e soberania do Paraguai. Estabelecia, também, os limites a vigorar entre o Paraguai, o Império e a Argentina. O Brasil reclamava os limites que propusera em 1853, 1854 e 1855 com a alteração de que começariam no Igurei. À Argentina caberia o território das Missões e todo o Chaco, o que era demasiado e feria os interesses do Império.

Em ofício do representante brasileiro, datado de 1º de maio estipulou-se ainda que a posse da Argentina e território na margem direita do Paraguai (Art. 17), “não prejudicava qualquer reclamação que se faça à República da Bolívia”.

Alertado pelo Conselho de Estado do que significava, para a segurança e os interesses do Império, a posse pela Argentina de todo o Chaco, estendendo seu território até a Baia Negra, o Governo Imperial começou a movimentar-se diplomaticamente para evitar que essa inadvertência dos negociadores do Tratado de 1º de maio se efetivasse. A Argentina, porém, resistiu, adiando a solução da questão para o fim da Guerra.

b. As negociações iniciais

Em 15 de agosto de 1869 se instalou o Governo provisório do Paraguai reconhecido pelos aliados sob as seguintes condições:

- O Governo seria constituído de forma e por pessoas que dessem plenas garantias de perfeita inteligência com os aliados, embora fosse escolhido livremente.
- O Governo procuraria conciliar sua soberania com as estipulações do Tratado de Aliança.

Em 21 de novembro de 1869, Vila Ocidental no Chaco foi ocupada pelos argentinos. O governo argentino apoiou o General Emílio Mitre, que ocupou essa localidade. O Governo brasileiro respeitou o Ato, mas ressalvou os direitos que a Bolívia pudesse ter sobre essa região. O Paraguai fez restrições.

Como consequência desses pontos de vista surgiu a chamada Doutrina. Varela de que a “vitória não dá às nações aliadas direito de declararem, por si, limites seus àqueles que o Tratado assinala”. O Brasil recolheu surpreendido essa declaração aguardando a terminação da Guerra.

1. A paz

Com a morte de Lopez, em 1º março de 1870, negociaram os aliados um projeto de protocolo para o ajuste de paz, a que o Paraguai, com apoio da Doutrina Varela, opôs restrições. Foi o protocolo de 20 de junho de 1870, que o Império

também aceitou, embora surpreendido com o ponto de vista argentino, de que a “vitória não dá direito”.

Em 15 de agosto de 1870, reuniu-se a Convenção constituinte do Paraguai e em 24 de novembro foi eleito o novo Presidente. Os aliados trataram então de estabelecer o Tratado definitivo de Paz e depois de várias negociações decidiram que os negociadores fariam gestões junto ao governo paraguaio de acordo com o ajuste prévio e que no relativo aos limites adviriam as resoluções definitivas até serem conhecidos os pontos de vista paraguaio e os títulos em que assentavam. Não foi possível chegar-se a um acordo no que se referia às fortificações paraguaias.

Os argentinos tendo de lado a Doutrina Varela, reivindicaram agora o cumprimento integral das cláusulas do Tratado de 1º de maio, negado aos outros aliados o direito de intervirem na contenda, mas exigindo deles completo apoio para exigir seu ponto de vista ao Paraguai. Os governos Imperial e o Oriental não se conformaram com essa diretriz, rompendo-se as negociações entre Cotegipe e Quintana, representando, respectivamente, o Brasil e Argentina.

Em consequência, Cotegipe negociou sozinho os Tratados do Império com o Paraguai. Isso deu margem a protestos da Argentina, que ameaçou chegar à guerra. Houve troca de Notas acerbas e a aliança periclitou.

Em 1872, Mitre como representante da Argentina e o Marquês de São Vicente por parte do Brasil, depois de várias conferências chegaram às seguintes conclusões:

Reconheciam a vigência do Tratado de 1º de maio; reconheciam os Tratados negociados por Cotegipe; combinaram que a Argentina entraria em negociações com o Paraguai; asseguravase a cooperação do Brasil nessas negociações e, se necessário, um exame de conjunto da situação, por todos os aliados.

As negociações de Paz da Argentina com o Paraguai se iniciaram em Assunção, a 11 de abril de 1873, com a assistência do Brasil. Depois de várias marchas e contra-marchas se chegou a um acordo em que: o governo argentino renunciava a qualquer pretensão aos territórios do Chaco ao Norte do rio Verde e o Paraguai às que tinha ao território entre o rio Pilcomaio e o Bermejo; o território entre os rios Pilcomaio e Verde seria sujeito ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, J. B. Hayes, que deu ganho de causa ao Paraguai. O Brasil conseguira anular o erro de seus diplomatas, em 1865, graças a um maior da diplomacia argentina, em 1869,

XVI - APRECIAÇÃO SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI

A querra do Paraguai foi o último lanço do esforço brasileiro para firmar seus limit Sul, liquidando definitivamente a questão que marcou fundamente sua formação e os primeiros cingiienta anos de sua vida como Estado soberano. Da confluência do Apa à foz do Chui, na região onde desde 1630 se chocaram os interesses portugueses e espanhóis, estava confirmada a posse brasileira. Nem mesmo a questão de Palmas alteraria esses limites, uma vez que era claro e insofismável o direito brasileiro.

Enorme, para essa época, foi sem dúvida o esforço brasileiro. Em números redondos o Brasil alinhou em campanha 140.000 combatentes e sofreu perdas de 33.000 mortos. Do ponto de vista financeiro seu sacrifício foi também imenso. E para ressarcí-lo não buscou compensações materiais embora lhe sobrassem direitos e autoridade para exigí-lo. Contentou-se em acertar as questões pendentes antes do conflito e a prestar ao inimigo de ontem, o Paraguai, todo o apoio que foi possível no âmbito dos compromissos assinados com seus aliados. O Paraguai não poderá, sem cometer grave injustiça, esquecer a contribuição do Brasil para que conservasse o Chaco acima do rio Pilcomaio.

O Paraguai saiu mutilado territorialmente da guerra, depois de um tremendo sacrifício humano que consumiu quase toda sua população masculina. Lutou por uma saída para o mar e acabou irremediavelmente confinado ao seu destino de país mediterrâneo. Para a pequena e brava nação guarani a guerra foi verdadeiramente total e desastrosa.

Muito menor, embora não menos digno de respeito, foram os sacrifícios feitos pelo Uruguai e pela Argentina. Do ponto de vista financeiro, esta última se beneficiou com os proventos auferidos no suprimento dos Exércitos aliados em víveres, animais e outros artigos.

Sob o ponto de vista operacional pela sua duração e esforços que exigiu, a guerra do Paraguai foi a mais importante nente, podendo ombrear-se mesmo com a Guerra da Secessão. , Foi uma guerra moderna, que serviu de transição. particularmente pela forma que assumiu entre o período napoleônico e o que se abriu com a guerra de 1914-1918.

Desenvolveram-se largamente durante a guerra, mercê principalmente das características do teatro de operações, manobras estratégicas de larga envergadura e operações defensivas, as Primeiras características do período napoleônico e as últimas marcando grande parte da querra 1914-1918.

Tiveram também grande emprego as operações combinadas, constituindo mesmo essa guerra a mais completa experiência que as Forças Armadas Sul-Americanas poderiam apresentar nesse setor. Algumas operações, como as transposições do rio taque a Curuzu, podem mesmo ser tomadas como modelos e muita coisa do que nelas se fez reapareceria em escala mais ampla na segunda guerra mundial, como as operações anfíbias.

O próprio trabalho de Estado-Maior apareceu com relevo na guerra do Paraguai. Muitos dos estudos de situação, feitos pelos Conselhos enerais, podem ser perfeitamente enquadrados, sem o menor esforço, nos esquemas modernos para o trabalho de comando.

O papel desempenhado pelas forças navais foi relevante e de grande eficiência. Sem a atuação onímoda e atuante da Esquadra, à guerra não teria tido êxito. A contribuição das forças navais se fez sentir: nos transportes de pessoal e

suprimentos nos rios e no mar; no apoio às operações em terra; em certos casos como base móvel de suprimentos (manobra de Piquisiri). Observada como a Marinha brasileira conquistou e manteve o dominios dos rios Paraná e Paraguai; enfrentou e venceu poderosas fortificações do inimigo e repeliu várias tentativas de abordagem.

Em suma, a guerra do Paraguai, pelo volume dos meios que exigiu, por sua duração, pela violência de alguns dos seus encontros, se inscreve como a mais importada no Continente Sul-Americano e pode fornecer úteis e modernos ensinamentos.

XVI - CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

- A estruturação do equilíbrio político na Bacia do Prata, propiciando a tranquilidade que se lhe seguiu.
- A solução de questões de limites entre o Brasil e o Paraquai e entre este e a Argentina, anulando-se os motivos dos conflitos que vinham perturbando a política internacional do Prata.
- A melhoria de relações entre o Brasil e o Paraguai, permitindo contrabalançar a influência da Argentina.
- A definição do Paraguai como país mediterrâneo e área de atrito entre os interesses brasileiros e argentinos.
- O aceleramento da reintegração do Brasil na sua vocação republicana contribuindo para a abolição da escravatura e implantação da República.
- Solução da questão da livre navegação nos rios da Bacia Platina.